

---

## 115ª SESSÃO ORDINÁRIA – 25NOV2015

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Quero fazer uma saudação especial a todos os taxistas, aos sindicatos, aos permissionários de táxi: sejam bem-vindos à Casa do Povo. Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, ao PLL nº 145/15. Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, solicitando dispensa de envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 145/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 145/15.

Apregoo as Emendas nº 02 e nº 03, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLL nº 145/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, solicitando dispensa de envio das Emendas nº 02 e nº 03 ao PLL nº 145/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, taxistas e usuários que aqui estão e até usuários de aplicativo, que eu esperei estarem aqui esta tarde, já que exigem tanto que se libere o não cumprimento da lei na cidade de Porto Alegre. Eu quero iniciar falando o seguinte: se os políticos ouvissem sempre os clamores das ruas – das maiorias que se dizem maiorias e que querem que os políticos atendam a seus pedidos –, com certeza, neste País, nós teríamos escravos; com certeza, neste País, nós teríamos a pena de morte e, com certeza, neste País, nós não teríamos vacinas. Pelos clamores das ruas – não só aqui como no mundo inteiro, Abraham Lincoln já dizia isto –, os negros ainda seriam escravos, porque as ruas, nos Estados Unidos, não queriam que libertassem os negros. E, aí, algumas orquestrações nas redes sociais dizem que nós temos que liberar o aplicativo. Eu não estou proibindo aplicativo nenhum. Eu

---

estou proibindo o transporte remunerado de passageiros em veículos particulares! É isso que eu estou proibindo!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Ou se permite o transporte de passageiros em veículos particulares – não só os automotores, mas também os aéreos, também os navais – e se trata com seriedade esta Casa e este Município, ou se libera a sacanagem. Porque é sacanagem! Eu vou provar nesta Casa, desta tribuna, no dia de hoje, que essa empresa é mau-caráter, que essa empresa é mentirosa, é safada! Safada porque ela manda mensagem para os Vereadores dizendo que está cumprindo a lei. Só que essa empresa mandou um *e-mail*... E aí vários Vereadores me fazem um apelo: “Vamos regulamentar!” Eu acho que nós temos que regulamentar o serviço de táxi em Porto Alegre, os taxistas que estão aqui querem regulamentar. Eles querem ter o direito de andar com água mineral para seus passageiros e não serem multados! Eles querem o direito de botar tela de tevê nos bancos traseiros para os passageiros verem, e não serem multados! Eles querem regulamentar a comissão para os seus auxiliares, eles querem regulamentar, sim, quem dirige os táxis em Porto Alegre! Eles querem regulamentar o GPS, querem regulamentar as taxas que a empresa pública cobra deles! E até o sistema de táxi tem que ser laranja, por que não pode ser de outra cor?

Agora, a empresa mente. Ela mandou *e-mail* para mim e para o Líder do Governo – e nós estamos discutindo aqui regulamentação – dizendo: “No entanto, é certamente uma mobilidade que não persiste de regulamentação.” Não persiste! No dicionário Aurélio, “persiste” quer dizer renuncia, desobriga e dispensa. Não sou eu que estou dizendo, quem está dizendo isso é o seu Daniel Mangabeira. Aí ele me diz que nós tínhamos que copiar o modelo do México. Ele acha que eu sou um débil metal, um burro, porque eu sou sindicalista. Ele deve dizer assim: “Esse gordo aí deve ser débil mental e burro.” Aí ele diz para mim: “Vamos fazer igual ao México.” Só que nós, eu e o Presidente da Casa, recebemos aqui uma delegação de sindicalistas mexicanos, e lá tinha dois sindicatos de taxistas. Nós fomos ver que o México remete para o Poder Público a questão do táxi. Remete para o Poder Público! Está aqui, ele disse para mim: “Na cidade do México...”, e o México remete para o Poder Público.” Ele fala aqui também que a lei federal de transporte

---

---

público individual de passageiros... Ele omite desta Casa o trecho lei federal. Ele remete lá para a lei federal, e a lei federal fala que “veículo com características exigidas pelas autoridades de trânsito, certificação específica... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... certificação específica para exercer a profissão, emitida pelo órgão competente da fiscalização do serviço.”

Então, no decorrer de todo este debate, nós vamos mostrar que essa empresa nada mais quer do que explorar as pessoas na cidade de Porto Alegre, nada mais quer do que descumprir a lei na cidade de Porto Alegre, e esta Cidade tem lei. Se vai haver Uber no táxi, nós queremos um *uber* advogado, nós queremos um *uber* engenheiro, nós queremos um *uber* arquiteto, porque isso me permite contratar um advogado de Curitiba, de Santa Catarina, um arquiteto do Rio de Janeiro, contratar um médico, Ver. Thiago, de qualquer outro lugar, Dr. Raul, Dr. Duarte. Então, nós vamos querer um *uber* de várias profissões... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 02 e nº 03 ao PLL nº 145/15.

Apregoo o Termo de Indicação de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, comunicando que, a partir de 25 de novembro de 2015, a Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores constituir-se-á da seguinte forma: Líder, Ver. Marcelo Sgarbossa; Vice-Líder, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon; segundo Vice-Líder, Ver. Alberto Kopittke.

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Uma boa tarde, Vereadores, Vereadoras; uma boa tarde a todos os que estão acompanhando esta nossa Sessão, de modo particular ao Sindicato e aos trabalhadores de táxi da cidade de Porto Alegre. Eu venho aqui em nome da Bancada do PCdoB. Já iniciaram este debate; foi iniciado, aliás, pelo Ver. Janta aqui. Nós achamos – o Partido Comunista do Brasil – que não é através do liberalismo nem do sistema precário do Plano de Mobilidade Urbana da cidade de Porto Alegre – nós temos muito que avançar sob o ponto de vista da mobilidade urbana – que vamos resolver os

---

problemas de transporte de Porto Alegre. Não adianta vir algo miraculoso sem resolver os problemas que nós já temos.

Em primeiro lugar, na nossa concepção, o Uber é um serviço de uma empresa multinacional americana de transporte privado urbano, é essa a concepção que nós temos. Para nós, um serviço de transporte tem que ser um serviço público; de concessão, mas público. O serviço ingressou em Porto Alegre oferecendo uma tarifa mais barata. Não é isso que nos falta. O Uber não admite regulamentação, e, na reunião de ontem, ficou muito claro isso, inclusive com o pronunciamento do Cappellari, da EPTC. Há alguns argumentos sobre preço mais barato ou mais caro. Hoje o táxi seria mais caro, mas isso não supera o que eu já disse: ou é livre iniciativa, e aí seria liberalismo, ou regulamentação estatal, para um serviço público de transporte. A qualidade também: discutir sobre o serviço de táxi e o serviço do Uber, a responsabilidade, isso aqui é muito importante para nós. De quem é a responsabilidade individual com um acidente ou qualquer coisa? O Uber vai resolver? No serviço coletivo, o Estado, através de regulamentação, resolve. Em São Paulo e no Rio de Janeiro criaram leis proibindo, e elas foram consideradas inconstitucionais. Porto Alegre não tem regulamentação, e o Município colocou ontem que não o fará. Eu não estou me pautando pelo mais barato ou pela qualidade. Isso é bom a gente até discutir, porque nós queremos, sem dúvida, mais qualidade, mas não podemos discutir um assunto como este sem trabalhar a questão do livre mercado, neoliberalismo, sem trabalhar os modais todos da Cidade, para que possamos interagir e ter, enfim, uma mobilidade urbana.

Com relação ao benefício do Uber, eu já tratei de algumas questões, mas quero entrar no projeto do Ver. Janta. Nós temos que debater mais profundamente os serviços de táxis de Porto Alegre. Os próprios taxistas admitiram isso ontem, na nossa reunião. É uma concessão pública – o Uber não é uma concessão pública, é privado. Eu quero saber, por exemplo, na questão da segurança, num acidente, quem é o responsável, se não tem nenhuma regulamentação. É o próprio indivíduo? Quem é o responsável num acidente? Não existe regulamentação! Responsabilidade é individual. Aliás, em relação aos motoristas do Uber, que não têm nada regulamentado, quem dirige é um trabalhador precarizado. Vão precarizar trabalho, e nós não podemos mais precarizar trabalho. Se a concessão pública garante regulamentação para os taxistas, eles também não podem ser precarizados.

---

E aqui vou entrar numa questão que temos que rediscutir, esta é a oportunidade; Acho que essa discussão do Uber é nos oferece a oportunidade de discutir os modais na perspectiva da reforma urbana, da mobilidade urbana, para rediscutir a qualidade dos táxis, na tranquilidade que temos que discutir, como cidadãos, como taxistas e como Governo, o transporte público e privado a Cidade, que quer ônibus, lotação ou táxi e outros modais: metrô, BRTs. O Uber, se regulamentando sem um debate mais amplo sobre os modais da Cidade, será um erro. E é por isso que nós vamos aprovar o projeto do Ver. Janta. Nós somos favoráveis, exatamente porque há várias etapas a superar: para a modernização, para a qualidade, para o preço, para a eficácia do setor de transporte coletivo como um todo, inclusive, mais serviço público em Porto Alegre, mais condições de trabalho para os taxistas. E aí há uma questão também que a mim me preocupa muito: uma coisa é o dono do táxi, outra coisa é o trabalhador taxista, para quem nós temos que olhar de forma diferenciada, porque este, também, em determinados aspectos, está precarizado.

Portanto, entre neoliberalismo sem garantia nenhuma e concessão pública com busca de melhorias, eu creio que Porto Alegre terá uma perspectiva muito melhor para os seus cidadãos, inclusive para aqueles trabalhadores. Eu desconfio muito de algo que vem para resolver um processo que não é uma coisa qualquer – porque a questão mobilidade está inserida na reforma urbana –, como algo que cai do céu para resolver o problema de Porto Alegre. Nós temos de ir fundo nos problemas ainda não resolvidos. É essa a posição do PCdoB. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Pérola Sampaio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. PÉROLA SAMPAIO:** Primeiramente, quero dar boa tarde a todos e todas aqui presentes, dizer que é com muita satisfação que estamos aqui. Saúdo a Mesa através do Presidente desta Casa, Ver. Mauro Pinheiro, e todos os Vereadores e Vereadoras aqui presentes. Para nós, é motivo de muita satisfação esses dias que passamos por aqui, fizemos um trabalho à altura, na avaliação da sociedade porto-alegrense, e, na Semana da Consciência Negra, registramos a nossa marca, que é a marca da diversidade. Hoje é

---

o meu último dia, e certamente esta semana foi motivo de alegria para todos aqueles que se fazem representados pela nossa luta. Então, eu quero agradecer a todos os movimentos sociais que estiveram presentes nos embates desta semana toda conosco. Agradeço também a cada Vereador e Vereadora, em especial ao Delegado Cleiton, que foi importante nesta luta, e também a todos os funcionários e funcionárias, em especial às nossas mulheres funcionárias desta Casa. Queria fazer uma referência ao Dr. Lúcio Almeida, que é doutor em Direito e que nos ajudou nos projetos que protocolamos nesses dias, e, também, à nossa Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, uma mulher combativa, guerreira, Vereadora desta Casa.

Gostaria de fazer uma prestação de contas à sociedade e a todos vocês que estão presentes. Nós protocolamos um projeto de lei que faz com que existam oficinas de *hip-hop* nas escolas, porque acreditamos que o *hip-hop* disputa com o poder paralelo, com a violência e com o extermínio dos nossos jovens, em especial dos nossos jovens negros. Protocolamos, também, um projeto referente à gratuidade do transporte público no Município para estudantes bolsistas do Prouni Integral e do Fies, pelo Fundo Garantidor, e de cotistas negros e indígenas, egressos de escolas públicas e de baixa renda. Protocolamos um outro projeto ousado, que é para fazer com que as cotas em concursos públicos nesta Cidade sejam de 15% para as mulheres negras, que, no mercado de trabalho, são minoria e ocupam cargos subalternos.

Também quero agradecer aos nossos mais velhos, que, pela sabedoria, nos dão toda a luz, axé e força para nós continuarmos na luta nesta semana, que não foi fácil, nesta Casa. Com isso, finalizamos os dias que aqui passamos e agradecemos a todos e todas pelo acolhimento.

Quero dizer a todos que estão nas galerias, querendo que os seus direitos sejam garantidos, que nós temos que lutar, porque, se não lutarmos, ninguém lutará por nós. Vamos lá, trabalhadores! Vamos lá, trabalhadoras! Rumo à luta, porque, sem luta, não há vitória! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, povo que comparece a esta Casa hoje, em especial os taxistas, profissionais do volante; um cumprimento todo especial ao Ver. Cláudio Janta, que nos proporciona este debate. Eu quero dizer que, no enfrentamento de “sim” ou “não”, por não conhecer o sistema que aí está a se apresentar, tão somente que é um carro preto, eu votarei, evidentemente, Ver. Cláudio Janta, com Vossa Excelência.

Agora, eu quero defender uma emenda que propus aqui. Lá no meu gabinete, como no gabinete dos demais Vereadores, estão chovendo *e-mails*, mensagens pedindo apoio ao Uber. Nós chegamos a pensar – não estou fazendo uma acusação irresponsável – que poderia até ter alguém patrocinando essa movimentação toda, porque é uma movimentação muito grande. Eu chego a imaginar que, se autorizarmos o sistema, nós não poderemos proibir outro aplicativo que se apresente amanhã, vamos dizer, com um carro amarelo, porque abre a porteira, passa toda a boiada, é mais ou menos assim.

Eu também acho que chegou o momento de os senhores profissionais do volante se conscientizarem – as lideranças sindicais que vejo, seguidamente, de braços dados, o Sr. Valter, o Sr. Nozari, hoje muito unidos com o mesmo objetivo, isso engrandece e valoriza a categoria, e vão chegar a um resultado positivo – de que nós não podemos negar que, em todas as classes profissionais, em todos os segmentos, nós estamos buscando ajustes, e os senhores também estão precisando de ajuste. Nem um dos senhores vai atestar com responsabilidade, evidentemente, que cem por cento dos automóveis que estão circulando na praça de Porto Alegre estejam atendendo à expectativa da sociedade. Nós precisamos também olhar para esse detalhe. A minha emenda joga para 31 de julho de 2017: é um tempo de maturação, é um tempo para observarmos o trabalho que os senhores vão desenvolver. E por que os senhores também não desenvolverem um aplicativo e modernizarem o sistema? Nós não podemos tirar essa oportunidade dos senhores. Essa oportunidade de modernizar o sistema de transporte individual em Porto Alegre está nas mãos dos senhores! Está nas mãos dos senhores! Eu gostaria de dizer também – fiz referência há pouquinhos dias – que, na medida em que nós liberarmos um sistema – e não adianta nós dizermos que não – que é regrado, é serviço público e deve seguir as normas estabelecidas, os regramentos do Município de Porto Alegre... Outra suposição é colocar uma plumagem diferente em um animal estranho. É serviço de táxi, sim, o que estão querendo apresentar aí para nós, é exatamente isso.



---

Então, quem sabe lá, decorrido esse tempo, os senhores também possam repensar e, juntamente com os Vereadores da próxima legislatura ou o próximo Prefeito, enfim, apresentar uma proposta de melhoramento do nosso sistema. E também, aproveitando, quem sabe, o próximo Governo venha a melhorar o trânsito em Porto Alegre, porque nós estamos com muita dificuldade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Quero registrar a presença da Secretária de Educação Cleci Jurach, seja bem-vinda a esta Casa. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde a todos e a todas. Eu venho, primeiro, cumprimentar os taxistas que nos acompanham na tarde de hoje. Nós temos por hábito sempre vir à tribuna, Andréa, trazer a nossa opinião sobre os temas da Cidade. Quando entrar em discussão o projeto, nós queremos debater dois aspectos que são bastante importantes. Mas, primeiro, eu gostaria de fazer algumas correções sobre a forma como esse debate vem sendo tratado. Primeiro, como se o Uber fosse apenas um aplicativo e uma inovação e não uma grande empresa capitalista internacional que se move de maneira agressiva e rápida em vários países do mundo, entrando nas cidades e nos países sem regulamentação. (Palmas.)

Em segundo lugar, eu gostaria de fazer um debate com relação aos problemas, não só como Vereadora de Porto Alegre, mas como usuária do serviço de táxi. Eu uso o serviço de táxi quase cotidianamente, e é verdade que, em alguns poucos momentos, cada um de nós teve algum problema em algum táxi, mas eu não aceito uma lógica de desrespeito ao conjunto de uma categoria em que 99% das pessoas prestam um serviço de qualidade à cidade de Porto Alegre, de maneira educada, elegante. Eu não aceito, Andréa. Eu conheço muitos de vocês, eu pego táxi cotidianamente. Há o debate de pegar casos graves, que de fato acontecem, e que a EPTC não cassa o carteirão como deveria cassar, como num caso grave que nós recebemos na Comissão de Direitos Humanos. Mas é a minoria. Até porque, se a comparação entre a maioria das profissões que apresenta problemas fosse a regra, nós teríamos muitas profissões para debater o conjunto da qualidade do serviço. Então eu não aceito esse debate.



---

Em terceiro lugar, a começar pela política. Eu acho que no Congresso Nacional, em muitos dos Parlamentos, tem muita gente envolvida em maracutaia e ladroagem. E nós combatemos a corrupção em todas as esferas.

Agora, nós não podemos achar que a entrada de um aplicativo que contrata motoristas, entre aspas, como parceiros, significa maior segurança da população. Eu quero dizer para vocês que eu acho, inclusive, o contrário, porque tu não sabes quem é aquela pessoa que está carregando, via o aplicativo, o passageiro, mulheres, homens, etc. Hoje, se algum problema acontece, nós podemos reclamar para a EPTC, como o caso que eu vou relatar para vocês no decorrer da tarde. No caso do Uber, as relações são comerciais, portanto não são reguladas pelo Estado. Então, o argumento de que é mais seguro, de fato, eu não acredito. Acho que é importante regulamentar os serviços, não só pela questão da segurança, como pela questão do imposto. Uma empresa com um capital milionário, internacional, entrar em Porto Alegre e não deixar impostos para a nossa Cidade investir em Saúde, Educação e Segurança não é possível que seja aceita, do ponto de vista da lógica dos interesses de Porto Alegre.

Em quarto lugar, é uma concorrência desleal à medida que não são taxados e não existe nenhum tipo de controle público. Então, eu não aceito, numa lógica de precarização dos serviços, querer rebaixar os salários globais de uma categoria que já está perdendo salário em função da crise econômica, precarizando ainda mais as relações de trabalho.

Mas quero dizer a vocês que eu não sou a favor de proibir sem criar possibilidade de regulamentação. Eu acho que é importante, sim, que a gente faça o debate profundo dos barões das placas dos táxis, que fazem com que muitos dos trabalhadores não consigam ser proprietários das placas e trabalhem 14, 15, 16 horas, não tendo segurança no táxi, como foi cobrado na questão do GPS, e não acontece na realidade de vocês. Acho que temos que debater profundamente o tema da regulamentação e do controle dos impostos e da expedição do carteiraão. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Acho que nós temos que ter a possibilidade de fazer este debate profundamente, tanto em relação à carona solidária, porque eu vou voltar a esta tribuna para fazer o debate das nossas duas emendas. Segundo, a possibilidade de uma regulamentação específica, que discuta o conjunto dos impostos, das obrigações, ou para equiparar os motoristas com os taxistas de Porto Alegre, ou para discutir a situação dos taxistas de Porto Alegre, que são

---

pág. 9

---

massacrados numa lógica de não conseguir ter autonomia e ter sua placa individual diante da falta de fiscalização da EPTC. São debates que vamos ter a tarde para fazer, mas nós – você sabem muito bem – temos posição. Achamos que é importante discutir as polêmicas e achamos, mais que tudo, que é fundamental garantir os direitos da população e os direitos trabalhistas de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores; comunidade que nos assiste através da TVCâmara e também os sindicatos, enfim, taxistas e trabalhadores aqui presentes. Nós queremos, de uma forma especial, de início, fazer aqui a manifestação no que diz respeito à dinamicidade do plenário, antes mesmo de nós tratarmos do projeto em questão, que, se não me falha a memória, é o segundo da Pauta. Primeiro, temos que enfrentar outro projeto ainda. Os Vereadores já estão falando em Comunicação de Liderança, e eu falo em nome da Liderança do PTB, na verdade, trazendo uma opinião pessoal. Agradeço aos Vereadores Cassio, Goulart, Paulo Brum, que me concedem esta oportunidade, mas já estamos adentrando o debate, especialmente no que diz respeito ao mérito do projeto. Já temos, na mesa dos Vereadores, a Emenda nº 01, de proposição do Ver. Bernardino Vendruscolo, que traz aqui uma análise *stricto sensu* do projeto, no que diz respeito ao estabelecimento de uma data até o final de 2017 com relação à proibição. Então, o debate começa antes mesmo de adentrarmos o projeto. Essa é a dinâmica do plenário aqui, e isso é uma realidade. De um lado, nós temos a sociedade de um modo geral falando através das redes sociais, pessoalmente falando, são muitas manifestações. Inclusive, o próprio Governo, através do Cappellari, reconhece as necessidades de um avanço no que diz respeito ao serviço de táxi. Também há uma manifestação, em reunião, do Líder do Governo e também do Vereador que hoje está integrando a nossa CUTHAB, a Presidência da Comissão de Transporte da nossa Casa, no sentido de reconhecer a importância de a Câmara Municipal criar um grupo de trabalho para tratar desse assunto. Bem, também temos Vereadores que já subiram à tribuna para aqui trazerem a sua defesa do aplicativo Uber

---

pág. 10

---

etc., no seu entendimento de que é um serviço que veio para ficar, que é um serviço que beneficia a população e tudo o mais. De um lado, nós temos essa concepção e, de outro lado, temos o projeto do Ver. Janta, que trata de questões fulcrais, fundamentais. Primeiro, combatendo a questão do transporte clandestino; segundo, trazendo a questão da importância da vistoria, pois os senhores que estão aqui hoje são todos vistoriados, pagam taxas, pagam impostos. E há a questão da lei federal que regulamenta a profissão de taxista e, nesse sentido, traz a obrigatoriedade da permissão municipal e também o taxímetro aferido pelo Inmetro. Nesse sentido, também temos os aplicativos que são usados, estão em vigor, inclusive eu tenho dois no meu celular, o Easy e o 99Taxis, que funcionam e têm efetivamente a sua realidade junto à comunidade de Porto Alegre.

Nós temos também, e é importante destacar, uma lei muito recente, de 2014, que sofreu algumas alterações relativas ao período de táxi em Porto Alegre, a partir do momento em que ele é retirado, o táxi zero, que era de 15 anos e hoje passa para 10 anos. Então, sempre há uma regulamentação permanente. Por fim, senhores, o Governo, que traz a sua manifestação muito positiva, mostrado-se aberto a novas tecnologias, mas que não vai abrigar nenhum serviço que não esteja regulamentado pela lei, como o transporte irregular e clandestino. Vai multar, vai guinchar, já fez isso – hoje, nós tivemos o terceiro carro.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** O Governo propõe um grupo de trabalho e também diz que é necessário. Querem vir? Mas tem que haver uma regulamentação, tem que vir para o debate.

Agora, para mim, o fundamental – eu quero destacar, gostaria até de ler aqui – é que a Prefeitura vinha participando das discussões do Grupo de Trabalho, integrado pelo CITE e pelo WRI, com o envolvimento das universidades e outras entidades, quando o Uber rompeu unilateralmente as negociações, causando um profundo desconforto ao coordenador do grupo.

Bem, esta Casa é uma casa de debates, que promove o diálogo e o debate permanente, ora, nós também entendemos que nós temos que estar dispostos ao debate no que diz respeito à implementação de serviços na cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, o meu

apoio é incondicional e integral, neste primeiro momento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos antecipando um debate que, neste primeiro momento, deve ser simplificado na resposta a uma pergunta: é lícito alguém desenvolver qualquer tipo de atividade em Porto Alegre contrariando a lei?

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Eu e todos os Vereadores da Casa, em 2014, ficamos longos dias, longas horas, discutindo uma lei proposta pelo Executivo, uma lei ampla, completa, que provocou várias polêmicas aqui na Casa a respeito da sua aplicação e em vários dos seus índices. Ao final, consensualmente ou por maioria, chegou-se a uma decisão, e essa lei foi sancionada pelo Prefeito e está em pleno vigor. O que eu leio, o que eu vejo, o que eu observo é que essa nova atividade, entre aspas, que se pretende realizar em Porto Alegre é absolutamente contrária a essa lei e sendo...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Tanto isso é verdadeiro que a Empresa Pública de Transporte e Circulação está multando aqueles que incidem contra a lei desenvolvendo essa atividade que se pretende fazer permanecer em Porto Alegre. Então, quero dizer, com muita objetividade, o seguinte: enquanto perdurar essa lei – e alguns podem entender que tenha que ser mudada –, enquanto não houver cobertura legal para essa atividade, não há o que se discutir! Tem que se cumprir a lei!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** A lei não pode vigorar apenas para determinados segmentos, como os taxistas, que são obrigados a fazer várias coisas, às vezes até contrariados, por imposição legal. Agora, não podem receber, sob o pretexto da livre concorrência, a concorrência desleal e predatória de quem, por desobedecer a lei, tem condições privilegiadas que não têm os taxistas – então, não há outra discussão senão esta. Enquanto perdurar essa situação, contem com a minha posição amplamente favorável à proteção dos direitos dos taxistas, obtidos...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Obtidos em lutas...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito às galerias silêncio, temos um Vereador na tribuna. Após a fala do Vereador, poderão se manifestar. Mas, enquanto o Vereador estiver na tribuna, peço a colaboração de todos.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, seria, para mim, surpreendente se eu tomasse uma posição que fosse encantar a todos os que estão presentes na Casa. Acho que os que divergem de mim têm todo o direito de fazer, asseguro a eles o direito, mas permaneço com a minha posição.

Acho que existe um bem muito forte que está em baila nesta hora, que está em discussão, que é a segurança jurídica. As pessoas adquirem os seus direitos, se submetem às leis, e tais produções também têm que ser respeitadas. Os que querem desenvolver outras atividades, ou as mesmas atividades, com características diferentes, procurem se adaptar à lei. A única forma pela qual poderão realizar as suas atividades, porque esta Casa não vai permitir, nem tampouco o Município, que se estabeleça o caos jurídico nesta Cidade, e que uma comunidade inteira seja submetida à lei, e a outra fique desobrigada de respeitar a lei!

(Tumulto nas galerias.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Para concluir, Sr. Presidente, fico com aqueles que estão respeitando a lei, às vezes, penalizados. Fora da lei, não tem solução! Respeite-se a lei...  
(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito silêncio nas galerias. Registro a presença do nosso ex-Vereador Eliseu Sabino, pai do Ver. Elizandro Sabino. Seja bem-vindo!

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde para discussão deste projeto que movimenta a cidade de Porto Alegre. Completo agora 40 anos e 4 dias de serviço público. Assumi, lá em 1975, a chefia do setor de computação do Ministério da Fazenda. Desde lá, eu acompanho atentamente toda a evolução tecnológica. E quero dizer que, acompanhando a evolução tecnológica, nós também precisamos acompanhar – e estou aqui desde 1989 – a formatação das leis do Município de Porto Alegre. E as regras precisam ser cumpridas. Eu desafio o Uber a pretender, aceitar e querer atender às leis do Município de Porto Alegre. Porto Alegre não é a casa da mãe Joana! Vou repetir: Porto Alegre não é a casa da mãe Joana!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Quem aqui vier tem que se submeter às leis de Porto Alegre, a começar pela cor do veículo. O taxista compra um automóvel e pinta com aquela beleza de cor vermelha, ou meio alaranjada, eu não sei. A partir do dia em que pinta com aquela cor, o seu carro perde 30% do valor. Cadê o carro preto de banco de couro que o Uber aplica no mundo inteiro? Aqui querem nos empurrar um carrinho qualquer, e nós não vamos aceitar.

---

Agora, eu gostaria da atenção de todos, essencialmente a do Ver. Janta. Na minha visão, votar esse projeto é muito perigoso. E gostaria da atenção de todos, porque, se hoje Porto Alegre já proíbe andar em desconformidade com a lei que existe, Ver. Janta, e nós aprovarmos essa lei hoje, pode ser que amanhã eles entrem na justiça, e deu pra bola. Portanto é preciso cuidado, eu estou alertando para isso. Eu não sei se é boa essa lei para agora, não sei, mas, se ela aqui está, nós vamos votar favorável à lei do Ver. Janta, porque o Uber tem que se submeter às leis de Porto Alegre. Em se submetendo, é outra história. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Manifestações nas galerias.)

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente, eu gostaria de pedir aos nossos convidados que, em que pese muitos terem divergência de opiniões, eu creio que nós temos em comum a educação, por isso peço que, enquanto eu estiver falando, respeitem e me escutem, mesmo que não concordem.

Na linha do Ver. Ferronato, e comentei com o Ver. Villela, meu colega de partido, eu não consigo entender o que nós estamos fazendo aqui hoje: votando um projeto que proíbe um serviço de aplicativo, entre parênteses, Uber. Aprovar ou votar contra o que é ilegal. Eu não consigo entender o que nós estamos fazendo aqui neste momento, quando nós deveríamos estar tratando da regulamentação, estar discutindo, debatendo, aprofundando este debate, para trazer a regulamentação de um serviço que a população quer! Ora, senhores, é um direito da população! Por que proibir esse direito? Eu sou a favor de toda e qualquer tecnologia que traga qualidade de serviço, melhoria e benefícios para a população, desde que dentro da lei! É isto que está em questão: é a lei! Nós temos que trazer, nós devemos estudar, aprofundar, incentivar um debate para trazer a regulamentação daquilo que o povo está clamando nas ruas! Qual é o medo? Da livre

---

pág. 15



---

concorrência? Da iniciativa? Eu não consigo entender! Eu só tenho uma preocupação: eu sou a favor de tudo estar dentro da lei, e o que me faz subir à tribuna é justamente para pedir que, neste momento, nós tenhamos a responsabilidade de aprofundar o debate, de trabalhar para que se possa chegar a uma lei que possibilite um serviço que a população deseja. Era só isso.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Peço a compreensão das galerias. O pessoal pode se manifestar, mas, no momento em que os Vereadores estiverem na tribuna, peço silêncio.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, público que nos acompanha, antes de apresentar a minha posição aqui, que é clara e definitiva, eu quero pedir compreensão aos amigos taxistas e aos outros grupos que aqui estão, porque esta é uma Casa de debate, o Vereador tem o direito de se expressar. Assim como a Ver.<sup>a</sup> Mônica tem a posição dela, ela não é vendida, porque tem gente que vai votar a favor e vai votar contra. Então, ela tem o direito de vir aqui e expressar a posição dela; tem que ter um pouco de respeito com os Vereadores, com as Vereadoras para que possamos discutir em alto nível esta situação.

Quando vieram as tecnologias, as novas tecnologias, eu pensei: “Olha, vou criar um aplicativo e vou criar uma empresa, através do aplicativo, de van escolar e vou ganhar dinheiro com a van escolar”. Mas não pode, porque tem lei. Não pode, porque tem lei. Aí eu não me convenci, estava em discussão a licitação do transporte coletivo de Porto Alegre, eu também disse: “Olha, tem um furo nisso aí. Crio um aplicativo, crio uma empresa paralela, vou ganhar dinheiro”. Mas não posso, porque tem lei que protege o transporte coletivo – protege. No meu caso de Vereador, no caso da Ver.<sup>a</sup> Mônica e outros Vereadores, nós estudamos, eu fiz pós-graduação, eu fiz o mestrado, eu investi na minha profissão; hoje não precisa mais diploma de Vereador, tiraram. De jornalista, tiraram o nosso diploma de jornalista. Aí o taxista investe, o taxista paga imposto, e aí

---

vem um aplicativo na mão grande aqui, sem respeitar as leis que há aqui (Palmas.). Não. Se há necessidade de regulamentação, vai ter regulamentação, que vai ser conversada com os sindicatos como foi a lei do taxista, que nós aprovamos aqui, que foi uma lei conjunta do Governo Municipal com a categoria. Então, não é a questão de ser contra, de ser a favor, porque a população quer; eu também quero. E os próprios taxistas sabem – os que estão aqui – que o serviço prestado por muitos da categoria não é o melhor serviço, como na minha profissão também não tem os melhores. Então, há problemas em todas as profissões, inclusive na dos taxistas. Agora, isso não significa dar o direito de marcar uma reunião com o Prefeito para sexta-feira e, na quinta-feira, lançar um serviço, que, perante as leis que tem na Cidade, é um serviço pirata!

Cada Vereador aqui – e eu peço a compreensão – tem o direito de se expressar, tem o direito de votar, tem o direito de opinar. Esta é uma Casa de discussão, uma Casa democrática. As pessoas podem e devem se manifestar. Agora, ofender não pode. E o meu voto aqui vou abrir: é a favor do projeto do Ver. Janta.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (15h25min) Havendo quórum, passamos à

#### **ORDEM DO DIA**

Em discussão o PLE nº 029/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, a Emenda nº 01 ao PLE nº 029/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o PLE nº 029/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em discussão o PLL nº 145/15. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, muito boa tarde a todos e a todas aqui presentes, é uma alegria ver esta Casa lotada e a democracia funcionando. O Uber, na

---

verdade, tem só um mérito na minha opinião – essa empresa multinacional: permitir que a gente faça um debate ideológico aqui sobre um assunto tão importante da nossa Cidade. E é ideológico sim! É ideológico; infelizmente, eles não ficam para nos ouvir, porque não sabem respeitar a democracia. Eles não ficam para ouvir, assim como o Uber desrespeitou a todos nesta Casa, inverteu a mesa de negociação. Isso demonstra o caráter daqueles com quem nós estamos falando. Nós estamos falando de uma multinacional que passa pelos países procurando arrasar os direitos e as regulamentações das cidades, procurando destruir tudo aquilo que as comunidades pactuaram ao longo de décadas. Isso é uma concepção ideológica de mundo, de alguns que aqui estavam e que, nos anos 1990, se tornaram maioria na sociedade brasileira, dizendo que não poderia mais haver regulamentação no mundo, que o mundo deveria derrubar todas as suas barreiras, porque a mão invisível do mercado organizaria a sociedade. Foi esse discurso que jogou a América Latina inteira no buraco que destruiu os países, que jogou os países no desemprego três vezes maior do que o que nós temos hoje.

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** A ALCA, exatamente, é disso que nós falamos. É o que levou, por exemplo, a barragem do Rio Doce a se romper, quando deixaram que a própria Vale cuidasse da qualidade da sua represa, e não o Governo. Isso é um exemplo típico de uma legislação neoliberal, de um mundo sem regulamentação. Eu acho engraçado que esses que são mais neoliberais sempre correm em direção do Estado num momento de crise para pedir financiamento. Aí eles vão atrás do Estado; aí eles se lembram do Estado. Ou quando sofrem um acidente e chamam o SAMU, um serviço público; ou vão ao médico, porque é uma profissão regulamentada; ou num colégio autorizado; ou comem num restaurante que passou por inspeção da vigilância sanitária! Isso se chama regulação! Nós estaremos sempre a favor de que a política, que é isso que nós estamos fazendo, regule as relações, e não o poder do capital, aliás, um poder que não aparece, poder que fica viajando nos seus navios transatlânticos e ninguém vê, ninguém sabe que é a verdadeira face do capital financeiro hoje.

---

Eu aproveito este tempo aqui, também, para dizer que nós precisamos, sim, no futuro, abrir um diálogo sobre as novas tecnologias, não a partir da pressão deles, a partir das nossas pactuações, dos cidadãos de Porto Alegre. Isso é fundamental, e deixo muito clara a nossa preocupação, por isso vamos ao encontro da emenda proposta pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda, proibir nem sempre resolve. É o que nós vemos, por exemplo, na tragédia das drogas. As proibições nem sempre funcionam. Nós temos que procurar regulamentar o máximo possível as pactuações – no futuro! Se hoje existe uma pressão social para mais serviços e melhores serviços, isso também merece um diálogo franco e aberto entre nós. Mas, antes de tudo, entre nós, não entre aqueles que vêm de fora tentando nos subordinar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; o jornal Zero Hora de hoje (Mostra jornal.), na contracapa, faz uma chamada para a matéria da Martha Medeiros, que depois podemos ler, que diz o seguinte: “É lamentável que a EPTC queira interromper um dos raros avanços surgidos em Porto Alegre”.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Quero dizer que, quando Alberto Santos Dumont inventou o avião, na época, todo mundo achava que não iria prosperar porque era mais pesado do que o ar e não havia futuro. É como agora: querer-se barrar o progresso!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Digo mais, eu não me assusto com cara feia e vaias, aqui não temos 100 pessoas, e a população é de 1,5 milhão, e a população quer o Uber!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Aqui diz: “Barão das placas controla uma frota de 30 táxis em Porto Alegre”.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Srs. Vereadores, V.Exas. é que vão votar. No aodamento da votação na Reunião Conjunta das Comissões, eu fui o único que vim à tribuna para reagir, porque esse projeto é inconstitucional!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Aqui é o Parecer da Procuradoria da Casa: “De ressalvar, contudo, que o conteúdo normativo do artigo 2º da proposição, por dispor sobre vedação a direito de associação, com a devida vênua, extrapola do âmbito de competência municipal e incide em violação ao disposto nos artigos 22, inciso I, e 5º, inciso XVII, da Constituição Federal. Cláudio Roberto Velasquez, Procurador-Geral da Câmara Municipal”. O projeto, além de parcial, beneficia apenas uma parte da população, que nós respeitamos.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Querendo impedir que haja opção para a população! A população tem o direito de escolher a sua mobilidade urbana. Serviços superados e deficientes não cabem mais na cidade de Porto Alegre. A Ver.<sup>a</sup> Melchionna, outro dia, denunciava nesta tribuna estupros – estupros – dentro de táxis! É um projeto corporativo e unilateral que a população repudia. A população tem direito de escolher seus modos de transporte. Não será meia dúzia de pessoas que vai determinar o que a população deseja.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Nereu, seu tempo está assegurado, pode aguardar. Vou pedir às galerias, mais uma vez, para respeitar o Vereador na tribuna, para que ele possa expressar seu pensamento.

**O SR. NEREU D'AVILA:** O autor do projeto tem todo o direito, até o dever, porque é um líder sindical respeitabilíssimo, mas ele está...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Peço, Ver. Tarciso, que se inscreva e me conceda o tempo...  
(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Obrigado, Ver. Tarciso, pela sua gentileza.

Eu queria dizer que muitos aqui, como eu, lutam para obter a democracia depois de 64. Hoje vivemos em plena democracia, e ela funciona pelo respeito às minorias, mas ela funciona pelo conteúdo das maiorias. E não há dúvida de que hoje a maioria da população quer uma alternativa, sim! E mais: se ficar proibido, nos termos do projeto, aí mesmo é que Porto Alegre padecerá por ter que todo dia multar pessoas porque estão desrespeitando a lei. Então, é muito mais inteligente que nos sentemos à mesa e não radicalizemos. Este projeto é radical, é corporativo, é para meia dúzia! As leis são feitas para as maiorias e não para contentar interesses meramente pessoais! Porto Alegre vai ser a Capital do atraso rejeitando o que há de mais moderno. E pior: não obedecendo à lei, porque quem quiser usar uma alternativa como o Uber irá usar.

(Manifestações nas galerias.)

**O Sr. Tarciso Flecha Negra:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Nereu. Eu aprendi algumas coisas, quando criança, na minha casa: educação, respeito. Eu cedi o meu tempo para V. Exa. porque acho que todos têm o direito de falar. E, porque eu cedi o meu tempo, isso não quer dizer que vou votar “sim” ou “não”. Cedi o tempo para Vossa Excelência.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Obrigado, Vereador. O Ver. Tarciso é mais um dos Vereadores que não se amedronta com pequenas maiorias.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Há uma rua em Porto Alegre que denomina uma pessoa que morreu dizendo que as maiorias devem ser respeitadas, é claro, mas não devem vencer apenas porque são maiorias; deve vencer o bom senso, a boa ideia.

A lei que foi feita no ano passado para V. Sas. é uma boa lei. É uma boa lei! Noventa por cento dos taxistas são boa gente. Agora, aqui está a Rosane de Oliveira dizendo “Dois relatos que atraem antipatia para os motoristas de táxi”. (Mostra jornal.) Eu nem vou ler porque não interessa a antipatia. A mim interessa é beneficiar a população de Porto Alegre, que é de 1,5 milhão.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Eu não estou aqui para agradar a meia dúzia de pessoas, ainda mais homens.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** Tanto V. Sas. não são democratas, que querem impedir que eu fale! Por que não ouvem? Quantas pessoas já falaram aqui a favor?

(Manifestações nas galerias.)



**O SR. NEREU D'AVILA:** Onde está o contraditório?

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** O que existe hoje é o seguinte: realmente tem que legalizar. Tem que legalizar. Porto Alegre não é terra de ninguém para chegar e se estabelecer ao arrepio da lei – ponto um. (Vaias.) Para concluir, eu quero dizer que, se houver um voto – um voto! – a favor do Uber, será deste Vereador. (Vaias.)

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu confesso aos senhores que recebi vários *e-mails*, inclusive de amigos eleitores, solicitando que eu votasse contra essa lei. Eu fui relator dessa lei e a trouxe para ser discutida. E aqui eu ouvi um grito de guerra falando sobre o direito de escolha. Eu respeito o direito de escolha, eu respeito; inclusive, qualquer tipo de projeto que venha a trazer benefícios e novos empregos é importante, senhores. Respeitar o direito de escolha, desde que também respeitado o direito.

Aqui nesta Casa, há pouco tempo, votamos a Lei nº 11.592. Eu tive 16 emendas, sendo que oito delas foram aprovadas nesta Casa, num trabalho discutido coletivamente com os taxistas de Porto Alegre. Então, senhores, o que se discute aqui é normatização, porque senão vira, como já disse o meu querido amigo Aírto Ferronato, a casa da mãe joana. Aí fica parecendo aquele faroeste, em que tu chegas à cidade e não importa o xerife, tu já chegas botando o cavalo em cima de todo mundo. Então nós temos que respeitar, senhores.

Tem um momento em que os trabalhadores aqui têm que fazer inspeção, têm que ter carteirão, têm que ter GPS, têm que ter prazo para renovação de frota, têm que fazer cursos. Então fica muito fácil alguém chegar e simplesmente, sem uma normatização,

---

entrar e dividir um trabalho que já tem sido feito, que, ao contrário do que alguns dizem, tem sido bem-feito. Não podemos regrar as exceções. Então nós temos que respeitar.

(Tumulto nas galerias.)

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Senhores, o que se quer aqui não é ir contra o futuro ou ir contra algo que amanhã poderá vir para ficar; o que se quer aqui é o direito à igualdade de quem cumpre lei, de quem está trabalhando há anos e que teve agora aprovada uma lei pela qual, inclusive, perdeu muitos direitos. Então, nós queremos esse direito à igualdade e direito de poder trabalhar tranquilamente e levar sustento para casa. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Eu joguei muito futebol na várzea de Porto Alegre, Alvorada e Viamão, aí, quando o time estava perdendo, geralmente os times usavam da tática de cair no chão, de amarrar o jogo, de provocar a torcida adversária para o jogo ficar truncado e amarrado. Companheiros taxistas, não vamos cair neste jogo aí, porque quem está fora da lei não somos nós. Eu admiro muito as pessoas defenderem essa forma de descumprimento da lei. Quem foi a favor dessa questão, desse aplicativo, é uma pessoa que defende o crime, é uma pessoa que defende a ilegalidade. Então, eu quero que tenham coragem! Estavam me pedindo para não votar hoje o projeto, e eu estou pelo que der e vier, vamos votar hoje esse projeto, sim. Eu sou um homem que nunca fugiu de peleia, de briga, nasci numa vila de Porto Alegre, estou vivo, cheguei até aqui nesta Casa, cansei de dizer ao Cleiton, quando imaginei que o meu nome ia estar nessa lousa? Cheguei aqui, nunca fugi de briga e não me preocupo com a questão da opinião pública. Muitas greves fiz, e a opinião pública muito me xingou: “Por que está paralisando a rua aí?” e blá-blá-blá, blá-blá-blá. Mas, lá na frente vem o resultado, vêm as conquistas, vem o 13º, vem o Fundo de Garantia, vêm as férias, lá na frente vem o direito dos aposentados, lá na frente vem a conquista. Então, eu não me preocupo muito com a

---

questão da opinião pública e volto a afirmar aqui: se os grandes líderes mundiais, um deles Abraham Lincoln, se preocupassem com a opinião pública, os negros ainda seriam escravos; outro grande líder foi Osvaldo Cruz, se ele se preocupasse com a opinião pública, nós, com certeza, estaríamos morrendo, pois não teria vacina no Brasil – porque a opinião pública era contra as vacinas. Então, vamos seguir o barco, estou aqui, apesar de ser sindicalista, essa é minha função, eu sou sindicalista, com muito orgulho, e Vereador. Sindicalista e Vereador.

Mas vamos ao que interessa, por favor, vai preparando, para mostrar aqui um debate realizado nesta Casa, na TVCâmara de Porto Alegre. Eu tenho orgulho e um patrimônio que meu pai me deixou: eu nunca menti. Mas esse homem aí é um mentiroso, safado e sem escrúpulos. Olhem o que ele fala.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Então, está aí, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. O homem mente, descaradamente, na Casa do Povo, como mente nos *e-mails* que manda, dizendo que o transporte foi completamente regulado na cidade do México, o Uber é regulado. Eu achei aqui o documento da cidade do México, a regulamentação que está na Gaceta Oficial del Distrito Federal del México, La Secretaria del Transporte del México, que diz que contratar é serviço público. Está o portal aqui, só pode entrar perante a Secretaria. E aqui esse safado quer fazer a coisa “a bangu”. Que papo é esse? Que papo é esse? Está aqui, para a gurizadinha que estava aqui defendendo o Uber, está aqui: Uber engenheiro, está disponível, não precisa mais pagar CREA... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Bernardino Vendruscolo.

**O Ver. Bernardino Vendruscolo:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu já sinalizei, no início, que voto favorável ao seu projeto. Agora, faço um

---

apelo para que pensem sobre a possibilidade de votarem também a favor da minha emenda. Um abraço. Fecho com Vossa Excelência.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Obrigado, Ver. Bernardino. Uber advogado! Está aqui, vão liberar a Uber advogado! Está aqui! Por que é que tem que ter o monopólio dos advogados? Uber advogado! Uber jornalista, e, por último – eu faço um apelo aos colegas Vereadores: não sejam hipócritas –, apareceu nesta Casa um projeto do Ver. Kopittke que era o Uber vereador, que permitia que a população de Porto Alegre – aí a população não estava aqui – fizesse projetos *on-line* e os mandasse para esta Casa. E esse projeto foi rejeitado. Então os mesmos que votaram contra o projeto do Ver. Alberto Kopittke, que não era ilegal, permitiria que as pessoas mandassem o projeto, que entraria na Casa, no protocolo, iria direto para a Comissão de Constituição e Justiça e, depois, viria para o plenário... Seria o povo fazendo o projeto, olha que lindo! Na Casa do Povo, foi rejeitado. E agora vocês vão permitir que uma empresa venha explorar? Há coisas erradas no sistema de táxi, e esses senhores que estão aqui afirmam isso e querem mudar! A população tem que saber que, se eles forem pegos com uma arma no meio do táxi, são multados! A população tem que saber que, se eles forem pegos com uma bala no meio do táxi – não bala de revólver, mas bala de goma, de banana, soft, qual seja –, se não estiver no lado esquerdo no carro deles, eles serão multados! Se eles quiserem colocar uma televisão no banco de trás para o conforto do passageiro, são multados! Se ele estiver com um jornal ou uma revista no banco de trás, no bolsão, para o passageiro ler, são multados! Todo o mês, a EPTC está fazendo vistoria no GPS, eles pagam R\$ 82,00, se não o fizerem, são multados! Como é que essa empresa entra “a bangu”, aí o cara fala de uma lei – e está aqui a lei –, ele é mentiroso! E eu não acredito que o Ver. Nereu D’Avila, um grande advogado, esteja defendendo a mentira! Esteja defendendo a mentira de uma lei. E pergunto a todos os colegas Vereadores, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, uma grande cumpridora das leis, vota nos projetos e os defende pela lei... Há um cidadão chamado Celso de Melo, nada mais, nada menos do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, ex-Presidente daquela Casa, e um parecer dele que está na mão de todos os senhores. Mas quero grifar algumas coisas que ele diz. (Lê.): “Essa numerosa cópia de grosseiras ilegalidades que briga à força aberta com a ordem normativa federal e com os preceptivos das leis municipais tomadas como exemplo trazem consigo um óbvio, indiscutível e

---

---

agressivo desrespeito ao Direito brasileiro na matéria, tornando até mesmo incompreensível a audácia de uma organização que não se peja de afrontar à força aberta as mais comezinhas noções relativas à ordem pública.” Não sou eu que estou dizendo isso, é o respeitado membro da mais alta Suprema Corte brasileira; não é este humilde sindicalista, trabalhador que está falando isso, é o mais alto membro da Corte brasileira. E diz mais (Lê.): “De tudo que foi referido e considerado resulta que é imperativo que o Poder Público coíba urgentemente esta atuação do Uber, a qual, em manifesta desconformidade com a legislação do País e dos Municípios brasileiros, compromete os valores por elas postos a bom recato e clandestinamente coloca interesses individuais de lucratividade acima de valores de segurança, conforto e economia popular que o Direito brasileiro, como é notório, subordina à previa disciplina e fiscalização de autoridades públicas.” Não sou eu, Cláudio Janta, quem está dizendo isso. É Celso de Mello, Ministro da Suprema Corte brasileira.

Então, o Uber é ilegal. Nós temos nove aplicativos funcionando. Ninguém está dizendo que o sistema de táxis não carece de legislação. Nós já discutimos muito isso na CUTHAB, nesta Casa. Agora, os taxistas não podem ver a clandestinidade funcionando. Peço aos Vereadores que aprovem este projeto, que tem duas emendas da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, para que se discuta a legalização, a reformulação do sistema de transporte em Porto Alegre. Tenho dois projetos tramitando nesta Casa e, se for necessário, retiro os meus projetos para que a gente faça a regulamentação do sistema de táxis de Porto Alegre. Agora, não vamos seguir punindo esta categoria, não vamos seguir punindo estes trabalhadores, que há anos vêm prestando serviço em Porto Alegre e querem a regulamentação. Com força, fé e solidariedade, nós vamos dar uma vida digna à população de Porto Alegre e, principalmente, aos taxistas. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. DR. THIAGO:** Caros colegas Vereadores, caro público que nos assiste neste Plenário, na tarde de hoje, eu queria pincelar alguns assuntos que foram superficialmente – agora o Janta colocou alguma coisa – comentados aqui. O nobre Juiz Celso Antônio

---

Bandeira de Mello, muito respeitado, coloca textualmente nas considerações finais do seu Parecer: “A toda a evidência, o transporte individual de passageiros por motorista através do aplicativo Uber equivale ao que é prestado pelo serviço de táxi, o qual [o táxi] é regulamentado e pressupõe autorização municipal por interposição da Lei Federal nº 2468”. Seu desempenho, portanto, não pode ser livremente efetuado, isso não pode ser caracterizado como livre concorrência. Isso é, sem dúvida nenhuma, concorrência desleal! (Palmas.) Isso é das terceirizações mais precárias que eu já vi: consome o carro do trabalhador, consome a força do trabalho do trabalhador e consome 25% do ganho do trabalhador! Explora o trabalhador!

Acredito que o serviço de Porto Alegre – assim como todos os serviços públicos – de concessões públicas tem que ser fiscalizado e aperfeiçoado. Se nós temos distorções, temos que reformular e aperfeiçoar, mas não podemos utilizar uma propaganda enganosa – propaganda enganosa – para auferir benefícios. Quero dizer para vocês que considero muito lícitas as mobilizações corporativas. Quero dizer para vocês que isso, na minha concepção de mundo, é lícito, é legal e deve ser exercido. Não é incorreto sermos corporativos. Temos que defender nossas visões de mundo. Quero dizer que entendo profundamente a indignação de todos vocês. Eu faço um paralelo da situação que vivencia o taxista hoje, em Porto Alegre, com aquilo que aconteceu e acontece com a minha categoria em nível nacional, os médicos. A partir do Programa Mais Médicos, nefasto para a saúde das pessoas, profissionais que não têm formação neste País foram autorizados a exercer, sim, irregularmente a profissão de médico neste País! Isso põe em risco a saúde das pessoas! Repito: isso põe em risco a saúde das pessoas. Para não colocarmos mais em risco a integridade física dos munícipes de Porto Alegre, temos, sim, que prezar pela legalidade. Assim, Ver. Janta, voto integralmente com Vossa Excelência. Parabéns pela mobilização de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu fui pegar os meus materiais, Presidente, porque há muita coisa para ser falada aqui em relação a como funciona o Uber, ao fetiche que

---

existe e que foi construído em relação à liberdade de atuação, que seria a solução dos serviços municipais, e à experiência do que aconteceu em outros países do mundo. Eu quero dizer que o Uber foi proibido em Nova Déli porque, dentro de um carro credenciado pelo Uber, aconteceu um caso de estupro, e ficou, durante muito tempo, proibido o serviço em Nova Déli, na Índia, em função de um caso de violência física brutal a uma mulher que foi estuprada dentro de um dos carros credenciado pelo Uber. Por que eu volto a esse tema? Porque existe um senso comum que foi criado e que, lamentavelmente, vai sendo reproduzido, de que os problemas com relação à prestação dos serviços do táxi em Porto Alegre poderiam ser supridos por um aplicativo, que é uma empresa que terceiriza todos os serviços, desde a contratação, a vistoria, até a liberação; é uma empresa que quarteiriza os seus serviços e que não tem nenhuma regulamentação ou controle de quem dirige esses carros. Isso é importante falar para a nossa população, porque a regulamentação é justamente a garantia de combater a concorrência desleal, de garantir impostos para o Município de Porto Alegre investir na saúde e na educação e, sobretudo, para garantir a segurança da população, porque não existe nenhum controle no serviço que está sendo prestado de maneira ilegal na cidade de Porto Alegre agora, neste momento, pelo Uber.

Em segundo lugar, eu queria trazer elementos em relação a direitos trabalhistas. Também um fetiche foi construído – e vejo aqui meu amigo, companheiro Arilton, que também é taxista empregado, no sentido de que quem não é proprietário da placa trabalha 14, 15 horas por dia para garantir o seu ganha-pão – a respeito das relações trabalhistas. Gente, em alguns estados dos Estados Unidos os motoristas do Uber estão entrando na Justiça pelos seus direitos trabalhistas contra uma empresa que ganha milhões à custa desses trabalhadores e chama os trabalhadores de parceiros, precarizando as relações trabalhistas e arrochando o salário do conjunto da categoria.

Em terceiro lugar, eu gostaria de falar sobre a questão da regulação no que diz respeito às placas e a quem dirige. Como eu falei na minha primeira intervenção, eu sou usuária de táxi. Eu uso quase diariamente e uso aplicativos, porque também não é verdade que não se pode chamar táxi pela Internet, existe o Easy Taxi e o 99Taxis; hoje se pode, sim, chamar táxis pela Internet e pagar pelo cartão de crédito, eu uso esses aplicativos. E, nesses anos de usuária, eu tive dois casos apenas, de quase mil táxis que peguei, em que, de fato, tive problema com o motorista. Nós temos, sim, um problema muito grave de



---

fiscalização da EPTC, seja para combater os barões que controlam mais de 30 placas de táxi, arrecadando milhares de reais a custa de vocês, que ficam 14, 15 horas, cotidianamente, nas ruas de Porto Alegre, seja para cassar o carteirão em casos que têm que ser cassado imediatamente para garantir a segurança da população. Agora, quando um advogado mente com relação a um assalto dentro de um táxi, é capa de jornais a versão dele; quando se comprova que isso não aconteceu na realidade, é uma notinha. Eu acho que temos que ter muito respeito pelos trabalhadores, e eu tenho muito respeito pelos trabalhadores, tenho muito respeito pelas trabalhadoras, tenho muito respeito por vocês, que lutam por mais segurança, tenho muito respeito por quem luta por autonomia e pelo direito a ter a sua placa, tenho muito respeito por quem luta para melhorar a qualidade do serviço, tenho muito respeito por aqueles que, como eu, lutam contra as agressões e contra o assédio sexual às mulheres que andam na concessão dos serviços públicos, seja dos táxis, seja do transporte coletivo, que foi o caso ao qual me referi aqui na tribuna, que eu cobre da EPTC, e que a EPTC me respondeu dizendo que tinha aplicado uma multa. Isso é inadmissível! Se algum condutor agride sexualmente uma passageira, tem que ter, imediatamente, o carteirão cassado e tem que ser preso! Por isso, Presidente, nós defendemos a ideia de que é preciso, sim... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...por causa dessas questões da regulamentação, dessa questão da autonomia municipal, dessa questão de uma empresa multinacional, que chega dessa forma agressiva a todos os lugares do mundo e que não quer se sujeitar à legislação específica para garantir um serviço de qualidade à população e os direitos para os trabalhadores. Por isso me referi, sim, e sigo me referindo à concorrência desleal. Nós fizemos duas emendas: uma, no sentido de garantir a ideia das caronas solidárias, que, infelizmente, ainda não acontecem no Brasil, Andréa, mas é um caminho que a gente tem que buscar no sentido de que aqueles que trabalham perto dividam essa corrida, usem o mesmo carro para ter menos poluição e menos gastos. E, sobretudo, a exigência da regulamentação. Acho que são temas importantes, mas eu não aceito que desrespeitem uma categoria inteira que respeito muito não só como Vereadora, mas como usuária dos táxis de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, população que nos assiste; hoje eu não tinha intenção de vir com esta camiseta, botei por acaso de manhã, e que bom que eu botei, porque parece que a Bancada do PCdoB, vários Vereadores que não são da nossa Bancada e que vieram aqui discutir foram tachados, pela galera que estava desse lado, de comunistas e vaiados. Então, podem vaiar porque a comunista agora está aqui. Pode vaiar. Não tem? Parece que foram embora.

Eu acho que o Kopittke, quando esteve aqui, disse que era um debate ideológico e foi vaiado. Eu acho que é um debate ideológico, sim. Não é? De questão de Estado. Não é ser contra a possibilidade de modais, na busca de uma mobilidade urbana que contemple de forma satisfatória e qualificada todos os cidadãos e que garanta o Estado como ente público, no caso, a Prefeitura Municipal, como gestor de um processo de transporte da nossa Cidade. Um gestor que tem que ouvir a todos, é disso que se trata também. Como é que o gestor vai regulamentar algo sem ouvir a todos? Não se pode permitir, de um lado, um liberalismo. Chega de poder do capital! Eles vêm aqui, se abancam, acima inclusive do direito público – e é isso que querem! E fazem o que bem entendem, à revelia do Poder Público; à revelia das legislações trabalhistas. Isso é precarização do trabalho, dos conceitos elaborados no Brasil, em cinco conferências na Cidade, sobre reforma urbana, onde um dos quatro pontos estratégicos é a mobilidade urbana. Eu afirmo isso como uma Vereadora que foi eleita por todos os Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul para representar os Vereadores do Estado no Conselho Estadual das Cidades; nós estamos discutindo isso lá.

Por outro lado, essa discussão não é em vão, a discussão do projeto do Janta, o que nós estamos fazendo aqui não é em vão, não! O PL do Janta, com as emendas do PSOL, no permite avançar numa discussão mais profunda do que tem que ser mantido, do que historicamente tem se mantido estanque na Cidade, apesar de tantas lutas da população de Porto Alegre. É uma discussão válida para aprofundar e resolver problemas históricos no transporte urbano. Por isso, nós somos a favor das emendas. Tem a emenda do Ver. Bernardino, no art. 1º, através do parágrafo único, que prevê prazo de uma proibição que

---

vigorar até julho de 2017. Eu estou discutindo ainda isso aqui com a minha assessoria. Seria um tempo de discussão, um estudo para a regulamentação ou não, mas com a participação de todos, de toda a Cidade e não de afogadilho, de acordo com os interesses de uma multinacional, de acordo com os interesses do neoliberalismo. Nós sabemos o significado do neoliberalismo, que sucateou o Estado nacional. Alguém gritou ali, quando o Kopittke estava falando na ALCA. É isso mesmo! Nós não vamos retomar um acordo, porque a ALCA significa o acordo para legalizar a colonização da América Latina, e nós estamos num outro caminho nesta Nação!

É por isso que nós temos que enfrentar esse debate. Alteração proposta pelo final do art. 1º, incluindo a expressão “intermediado por empresas sem regulamentação específica”, assim como é, por exemplo, o Easy Taxi, essa é a Emenda nº 02 de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. E a Emenda nº 03 altera a redação do art. 2º, incluindo ao final a expressão “ou legislação específica”. Estão bem encaminhadas essas emendas, especialmente as emendas do PSOL. Já afirmamos a nossa posição contrária, por isso voltamos a esta tribuna, para votarmos a favor do projeto do Ver. Cláudio Janta, a favor dessas duas emendas do PSOL. Se um dia, de acordo com a luta de todos, tiver que ser regulamentado, não será uma regulamentação no afogadilho! Esta Casa não pode fazer uma regulamentação no afogadilho, sem ouvir a sociedade, nem esta Casa, nem a gestão, porque nós temos que botar aqui garantia de segurança, de bem-estar, de qualidade, de impostos que todos têm que pagar e não somente uns, de preço, de não precarização, de não terceirização, de não neoliberalismo. Este debate, hoje, não é um debate qualquer, é um debate que fala das relações trabalhistas, é um debate que fala de um Estado como um ente público, regulador desse mercado para um transporte público de qualidade. Não me parece, não tenho convicção de que esse transporte... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) É um transporte que vem de afogadilho e que não nos permite isso que estamos tentando fazer aqui: uma discussão mais aprofundada, inclusive, da melhoria dos táxis que os companheiros mesmo dizem, da melhoria do serviço de táxi, da melhoria do transporte público de Porto Alegre, com outros modais - Trensurb, BRT e etc. É essa discussão que nós temos dever de falar e não votar de afogadilho uma legislação sem discussão com toda a cidade de Porto Alegre. Essa é a posição do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, os Vereadores, as Vereadoras e o público aqui presente.

Preciso, Ver. Cláudio Janta, falar sobre algumas questões importantes na minha visão. Primeiro – já foi falado anteriormente –, o Prefeito Fortunati e o Secretário Cappellari estavam numa mesa de negociações junto com essa empresa Uber, e, como foi dito, de um dia para o outro, eles começaram a operar na Cidade. Na mesma hora, a Prefeitura tomou a decisão correta e tem feito um trabalho muito forte em relação a multar todos os motoristas que hoje utilizam esse sistema do Uber.

Tenho tentado falar com o Ver. Cláudio Janta, e, com certeza, vocês não vão concordar comigo, mas eu gostaria que vocês compreendessem. Anteriormente à nossa Sessão, eu conversei com alguns taxistas que estavam aqui hoje, trocando uma ideia sobre o projeto. Eu sou completamente a favor da forma com que a Prefeitura está tratando deste assunto, Ver. Pujol. Hoje, esse sistema é ilegal na nossa Cidade. A Prefeitura está atuando fortemente em relação a isso, mas acredito muito, Ver. Bosco, que o projeto do Ver. Janta novamente trouxe um processo em discussão, que é muito importante. Nós lemos algumas reportagens que dizem que o motorista do Uber pode oferecer uma água para o cidadão que utiliza o sistema, pode ter uma televisão, pode ter várias coisas que, hoje, os nossos taxistas não podem ter.

Podemos fazer mais uma discussão com tempo para que possamos debater profundamente, como já fizemos em outras ocasiões, quando fizemos algumas legislações em relação aos taxistas. A última, se não me engano, foi há um ano. Acredito que nós possamos, Ver. Cláudio Janta, que deve estar me escutando. Eu tenho proposto nesta Casa, Ver. Pujol, uma Comissão Especial de Mobilidade Urbana para tratar de diversos assuntos referentes ao Plano Municipal de Mobilidade Urbana. O Ver. Cassio me perguntou sobre essa Comissão, se não podíamos direcioná-la para, em vez de tratar de todos os assuntos de mobilidade, pudéssemos fazer, em 90 dias, uma discussão específica sobre este serviço, incluindo o serviço público que, hoje, é oferecido pelos

---

nossos taxistas. Acredito que, se nós conseguirmos construir esta solução, não tenho dúvida nenhuma de que quem vai ganhar é a população de Porto Alegre e, principalmente, quem presta o serviço hoje na nossa Cidade.

Precisamos, sim, fazer uma discussão mais ampla para fazer uma regulamentação de todos os serviços. Não podemos, em hipótese nenhuma, Ver. Ferronato e Ver. Pujol, que falaram sobre isso, deixar que qualquer empresa, não interessa de onde venha, entre na nossa Cidade fazendo como ela quer. Para isso, podem contar comigo, porque eu não vou dar apoio a essa empresa chegar e fazer como ela quer. Agora, precisamos, sim, fazer um debate maior e uma discussão mais profunda sobre este tema.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Obrigado, Ver. Cecchim. Nós precisamos de mais tempo para debater sobre isso. Enquanto esse tempo estiver vigorando, Ver. Pujol, a Prefeitura tem que continuar fazendo o trabalho que vem fazendo: atuando, multando esse sistema como ilegal. É esse o apoio que esta Casa tem que dar, mas ela não pode fugir da responsabilidade e da sua obrigação de fazer esta discussão e este debate mais profundo, inclusive para melhorar e qualificar os serviços dos taxistas na cidade de Porto Alegre. Porque, muitas vezes, assim é porque a nossa Empresa Pública, hoje, não concede algumas coisas que poderia conceder. E vocês, taxistas, sabem muito bem que vocês precisam melhorar o serviço também. Nós sabemos que precisa melhorar e não depende só dos taxistas, depende também de o Governo Municipal buscar a qualificação e as melhorias. Por isso eu peço, Ver. Cláudio Janta – sei da sua boa intenção, sei que o Daniel Mangabeira esteve nesta Casa, comprometeu-se a não operar o sistema enquanto não houvesse uma regulamentação; mas eu não estou preocupado com a Uber, eu não estou preocupado com o Sr. Daniel Mangabeira –, que levem em consideração que a nossa preocupação tem que ser com o serviço que é prestado para o nosso cidadão. Essa deve ser a nossa preocupação. Por isso eu reitero meu pedido e a compreensão dos taxistas para que nós possamos ter mais tempo para fazer um debate mais aprofundado. Vocês sempre tiveram o apoio desta Casa e dos Vereadores, inclusive deste Vereador que está falando da tribuna. E quando houve, mais de uma vez, a

---

---

situação do GPS, fomos nós que intermediamos com a Prefeitura para buscar a melhoria e a garantia do serviço para vocês. E precisa funcionar.

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Bom, se não está funcionando, aí vai mais um motivo para que vocês possam compreender o tempo de que nós precisamos. Porque, se esse serviço não está operativo, nós temos que rediscutir com a Empresa Pública de Transporte e Circulação. Mais ainda, nós devemos ter a responsabilidade de não votar este projeto dessa forma rápida. Eu peço a compreensão do Vereador, para que nós possamos, sim, fazer uma Comissão Especial de Mobilidade Urbana que trate especificamente desta pauta, que hoje é fundamental na nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que assistem aos nossos trabalhos na tarde de hoje. Primeiramente, eu gostaria de passar algumas informações pessoais. Eu venho de uma geração – tenho 39 anos – que está no limbo da tecnologia. Cresci quando os computadores estavam se popularizando, mas ainda não estou plenamente familiarizado com toda essa grande e complexa gama de oferta de aplicativos e programas. Eu não consigo me apropriar tão rapidamente como a geração mais nova. Entrei em contato com alguns alunos e ex-alunos que pertencem a essa geração mais nova e que estão sedentos por novidades e querem a sua aplicação a todo custo e o mais rápido possível. Porém tenho uma certa experiência e algumas ressalvas com relação a isso. Mas não me fecho a novidades. Acho que existem novidades que podem trazer benefícios.

O Projeto do Ver. Cláudio Janta deixa bem claro: proíbe a utilização do aplicativo no Município de Porto Alegre. Porém esse aplicativo pode ter o lado positivo, qualificando o transporte, facilitando o acesso de pessoas a uma nova gama, um novo nicho no mercado

---

de trabalho, mas precisamos ter responsabilidade. Sem regramento, sem regulamentação, esse serviço pode oferecer riscos ao usuário. E nós, Vereadores, temos responsabilidades com relação à população que nos colocou aqui nesta Casa. Nós temos responsabilidade, e o meu principal ponto é com relação ao cadastramento dos motoristas do Uber, ao cadastramento dos veículos, que tipo de curso poderia ser exigido, quais as exigências que Poder Público pode fazer para garantir a segurança dos usuários. Sem regulamentação, eu não concordo com o aplicativo de forma alguma. Seria uma leviandade, uma irresponsabilidade liberar o aplicativo sem qualquer tipo de regramento. Portanto, eu e a Ver<sup>a</sup> Fernanda Melchionna protocolamos duas emendas ao projeto do Ver. Cláudio Janta, para tentar qualificar o aplicativo, exigindo que haja regulamentação para utilização desse serviço. Aí podemos ter, fora das leis dos táxis, legislação específica.

Senhoras e senhores, existem alguns pontos que eu não abro mão. Primeiro, cadastramento dos motoristas. O motorista de táxi é obrigado a circular com carteirão; e o Uber? Nada? Que gandaia é essa? Isso não existe, motorista de táxi tem que ter curso também. Quem se habilita a fazer transporte de passageiros tem que passar por exigências, e a liberação irresponsável do Uber vai contra isso. Então, sou contrário à liberação desse aplicativo sem que haja o regramento prévio. Portanto, defendo aqui as nossas emendas que, para ser liberado, exigem o regramento desse serviço. Caso contrário, podemos estar condenando a população de Porto Alegre a um risco. E os usuários devem ser resguardados.

Então, senhoras e senhores, ouvi diferentes pontos de vista e manifesto aqui o meu ponto. Conversei com vários amigos que são apoiadores do Uber e mostrei a eles: desse jeito não! Isso aqui não é gandaia, não é casa da mãe joana, e a legislação exige regulamentação para todo e qualquer tipo de transporte público. Portanto, regulamentação é necessário. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.



---

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, estamos falando agora neste momento em meu nome – Airto Ferronato –, em nome do Ver. Paulinho Motorista e em nome do nosso Partido, o PSB. E um parêntese, uma preliminar, eu ouvi o Ver. Janta dizer que tinha Vereadores pedindo para retirar o projeto. Nós não pedimos para retirar. O Ver. Prof. Alex Fraga falou da questão de ser professor, eu também sou. E também recebi uma enorme pressão pedindo para que votasse contrário ao projeto. E eu sempre disse e falei da mesma maneira; nós, os Vereadores, recentemente aprovamos o projeto da lei dos táxis aqui na Câmara. E todos sabem que contribuí bastante, com muita profundidade, tentando aprimorar o projeto. E vou voltar a dizer aquilo que eu sempre disse e que já conversamos antes. Porto Alegre não é uma cidade, não pode e não é uma cidade que aceita que se empurre goela abaixo algo que não esteja nos estritos ditames da lei de Porto Alegre; portanto nós precisamos votar favoráveis ao projeto. (Palmas.) Por quê? Porque não é possível, e nós temos uma lei em Porto Alegre, que uma empresa chegue aqui descumprindo completamente o que existe e passe a operar como vem operando o Uber em Porto Alegre. Isso é empurrar goela abaixo da Cidade algo que não está de acordo com as leis da nossa Cidade. Portanto, estão corretos aqueles que assim pensam, e a presença intensa de homens e mulheres taxistas já por si só expressa essa compreensão. Nós vamos votar favoráveis ao projeto apresentado pelo Ver. Janta. (Palmas.) E, Ver. Paulinho, nós já discutimos essa assunto em alguns momentos anteriores aqui na Câmara. Aqui eu disse, e muitos disseram, desta visão, de que se pode chegar aqui e implantar um sistema de transporte de passageiro, o que implicaria dizer – o Ver. João Bosco também já disse isso – que nós podemos, então, apresentar uma proposta de chegarmos com ônibus, com vans, com transporte escolar, com catamarã, e isso é estar contra as leis de Porto Alegre. Por outro lado, é preciso registrar que, no transporte público em Porto Alegre, o táxi tem, sim, seus defeitos, mas é preciso compreender que está entre os melhores sistemas de transporte público por táxi do Brasil. Ver. Pujol, V. Exa. também falou isso. Dos melhores, se não for o melhor sistema de transporte público por táxi do Brasil. E isso merece o olhar cuidadoso e muito atento de nós, Vereadores, para estarmos acompanhando, sim, a modernidade. Agora compreendendo a importância de termos regras estabelecidas. E Porto Alegre tem regras muito recentes e que estão, sim, valorizando todo o sistema para o cidadão e a cidadã de

---

---

Porto Alegre. Sem regras é admitir que nós deixaremos vir para cá qualquer sistema. Portanto, a pressão pela votação contrária ao projeto merece o respeito todo especial de minha parte, de nossa parte. Agora nós temos que compreender e votar de acordo com a nossa consciência, e a consciência assim determina: estaremos juntos com o Ver. Janta. Um abraço, muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15, por cedência de tempo do Ver. Antonio Matos.

**O SR. ALBERTO KOPITCKE:** Caros colegas, em razão da relevância do tema, eu gostaria também de colaborar com mais alguns elementos. Já tendo expressado a minha opinião – agradeço ao colega Ver. Matos a cedência de tempo – de fundo sobre o tema, gostaria de problematizar outros assuntos. Mas, antes disso, ainda sobre as perceptivas de fundo, ideológicas, queria dizer que acho muito estranho, porque tenho ouvido alguns meios de comunicação defenderem abertamente a liberação dessa empresa. Acho muito estranho porque essas mesmas empresas de comunicação fazem todo o esforço possível e impossível para que a Polícia Federal reprima as pequeninas rádios comunitárias. Então, aqui está uma contradição absoluta, porque se ajoelham, quando é um gigante, e defendem o liberalismo, mas, quando é para uma comunidade botar uma rádio para que cinco, dez mil pessoas possam compartilhar no seu cotidiano, aí eles pedem a Polícia Federal. Então, acho que tem que haver coerência por parte de alguns veículos de comunicação.

Eu gostaria de problematizar o assunto e dizer que a discussão que estamos fazendo, pela qual vocês estão passando, a Cidade como um todo, seria desnecessária. Eu estou fazendo uma crítica fraterna, firme, mas política, não é nenhum desrespeito, é uma crítica, esse é nosso papel aqui. Eu estive com o Prefeito Fortunati numa missão com vários colegas da Câmara na cidade de São Francisco, em maio de 2013 – há mais de dois anos. E o assunto na cidade, naquele momento, era essa empresa. Nos tivemos várias reuniões abordando essa problemática. O que fez a Prefeitura nesses dois anos e meio? Nada! A Prefeitura não tem conseguido tratar desses temas, apresentar respostas e faz da inação a sua marca: “Deixe que a vida toque; se a população for a favor do Uber, deixa

---

---

passar; se não for, e os táxis se mobilizarem...”. Quem governa uma cidade não pode lavar as mãos, tem que agir. E várias cidades têm encontrado soluções inteligentes para o transporte privado.

**O Sr. Aírto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Em primeiro lugar, eu agradeço o aparte; em segundo lugar, V. Exa. diz, então, que a Prefeitura não está ouvindo, lava as mãos e não ouve a comunidade. Está rasgada a cartilha do PT, e eu estou aqui desde 1989, e toda a manifestação partidária do PT administrativa sempre foi no sentido de ouvir comunidade. Agora não pode?

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Se o senhor me disser quantas vezes a Prefeitura chamou a comunidade para discutir esse assunto antes de ele explodir, eu aceito a sua crítica. O problema é que ela nunca chamou uma audiência pública para discutir o assunto antes de a empresa mostrar que estava chegando. E deveria ter feito. A minha crítica é porque não fez antes.

(Aparte antirregimental do Ver. Aírto Ferronato.)

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Não, Ver. Aírto, eu não estou falando de uma semana, duas ou três atrás, estou falando de dois anos e meio atrás, o Prefeito teve contato com esse problema e ficou esperando ele explodir. Não pode. Efetivamente, existe um novo serviço entrando no mercado, nós temos que regulamentar. Salvar o mercado dos táxis num nicho de mercado – é assim que outras cidades estão fazendo. Para outros padrões de funcionamento mais caros, com outros objetivos e outro público, podemos discutir com uma outra regulamentação, que são outros modais de táxi. Mas a Prefeitura, infelizmente, não fez essa discussão, como não tem feito várias outras, aproveitando as oportunidades que as tecnologias têm aberto.

Eu vou concluir, só quero trazer um exemplo aqui de como a nossa Cidade está ficando para trás, enquanto poderia estar na dianteira. Só para complementar aqui, temos de debater os assuntos, temos que aproveitar as oportunidades. Na discussão do GPS, famoso aqui, os colegas expressaram muito bem os problemas, e propus uma emenda: que as informações do GPS fossem abertas, transformadas em dados abertos para que

---

empresas da Cidade começassem a disponibilizar o serviço de chamada de táxi por aplicativos – empresas lá do Tecnopuc, da Tecnoufrgs. Ninguém ouviu o que estávamos propondo, a Prefeitura não fez nada, e nós temos agora o império de duas grandes multinacionais: o Easy Taxi e o 99. São assuntos que nós temos que debater, já que, pelo fato de a nossa Prefeitura não estar se abrindo e discutindo os assuntos de forma propositiva, Porto Alegre está ficando para trás e enfrenta esses graves problemas agora. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. João Bosco Vaz e Ver. Nereu D’Avila, ao PLL nº 145/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Nereu D’Avila, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 145/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLL nº 145/15.

Apregoo a Emenda de nº 05, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLL nº 145/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLL nº 145/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLL nº 145/15.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu já me pronunciei aqui, já falei sobre o que estamos discutindo, mas, pelo que fala o Ver. Alberto Kopittke aqui, o Prefeito Fortunati, além de administrar a Cidade, tem que ser a “Mãe Diná”. Tem que adivinhar, dois anos antes, que vai entrar o Uber aqui. E me admira o Ver. Alberto Kopittke falar de transporte, pois, quando o PT assumiu a Cidade, fizeram uma

---

intervenção no transporte coletivo de Porto Alegre que foi um fiasco e que deu prejuízo para a Cidade de quase R\$ 500 milhões.

Outra coisa: pergunte para os taxistas que estão ali, experimente ligar, Vereador, para o teletáxi. O telefone toca 40 minutos, e ninguém atende! E, se atende, o táxi leva uma hora para chegar, e o taxista ainda tem que pagar R\$ 400,00 de mensalidade. O senhor vem aqui e ataca o Prefeito, que tem de adivinhar que o Uber vai entrar aqui. Vem falar mal do Easy Taxi e do 99, que, em dois ou três minutos, estão atendendo os motoristas e os liberando de pagar uma mensalidade exorbitante para essas teles que estão aí! Então, é esse debate que eu quero fazer, porque é fácil vir aqui culpar o Prefeito. Ora, o Prefeito está fazendo o papel dele! Está multando e mandando apreender o carro, porque tem uma lei que nós votamos.

Eu, na realidade, subi a esta tribuna só para dizer que eu apresentei uma emenda que vai na direção do projeto do Ver. Cláudio Janta, mas que determina que os aplicativos ou plataformas semelhantes que não estejam regulamentadas têm que passar pelo Poder Executivo. Têm que passar pelo crivo do Poder Executivo! E é exatamente o que o Prefeito e o Secretário estão defendendo. Bom, não quer ir lá sentar, conversar; pirata não vai ser! Então, estamos dando a oportunidade com essa emenda de sentarem com o Prefeito, de passarem pela Prefeitura, porque tem uma lei que votamos aqui. E nós vamos votar contra a lei do taxistas, que nós mesmos votamos? Eu não estou entendendo muito essa questão, porque nós votamos uma lei que está em vigência, que é a lei que o Secretário Cappellari e o Prefeito Fortunati estão usando. Nós votamos! Agora, eu vou votar contra a lei que eu votei? Essa emenda não interfere nas emendas que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda apresentou, é uma emenda que faz sentar com o Poder Público para discutir como está, o que vai acontecer. É a Prefeitura continuar agindo dentro da lei, como está com quem está fora da lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Ilustre Presidente Mauro Pinheiro, Vereadores e Vereadoras; eu fico satisfeito, Ver. Villela, que o nosso Líder do Governo tenha vindo aqui

---

de forma ponderada, equilibrada, pedindo mais prazo para estudar esse assunto, que, realmente, é importante e é delicado. Por que esse assunto está surgindo? Porque existe uma demanda, um nicho de mercado que não está sendo coberto, e a população está exigindo. Aí surgiram esses aplicativos: o Uber, o Easy Taxi, o 99Taxis. Só que o Easy Taxi e o 99Taxis estão enquadrados na lei do Município de Porto Alegre. Por que o Uber está entrando em São Paulo e no Rio? Porque a lei dos transportes de São Paulo e do Rio são incompletas, não são completas, e aí surgiu esse vácuo, esse espaço que o Uber está tentando assumir. Aqui em Porto Alegre, não. A nossa lei é muito boa e completa. Nós sabemos que alguém precisa ocupar esse espaço que está vago: melhor qualidade no transporte. Não só no táxi, mas no transporte público e no transporte fluvial. Nós precisamos melhorar e estamos trabalhando nisso.

Nosso Líder, Kevin Krieger, pediu mais prazo para estudar, e eu concordo com ele, eu também quero mais prazo. Por quê? Nós temos leis que devem ser cumpridas, e esta Casa legisla sobre leis. A primeira coisa que um Vereador deve fazer é cumprir as leis. Imaginem um Vereador não cumprir uma lei que talvez tenha sido feita por ele mesmo. Seria uma incoerência muito grande. As leis que existem devem ser obedecidas. Quem pretender atuar em Porto Alegre deve se sujeitar às leis existentes. O que não pode acontecer é criar um mercado de clandestinidade. Nós temos alguns exemplos de clandestinos; a EPTC prendeu 12 táxis, recentemente, que agiam de forma clandestina em um bairro de Porto Alegre. A EPTC está buscando cumprir a lei, mas há um detalhe, a Constituição, no seu art. 5º, inc. XIII, diz o seguinte. (Lê.): “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Portanto, a lei pode estabelecer regras funcionais ou delimitadores para o trabalho de transporte de passageiros através de plataformas ou aplicativos tipo Uber, mas a lei não pode impedir que esses aplicativos existam, porque é uma realidade, eles existem. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Nós precisamos também de iniciativas inovadoras como essa, desde que obedeçam à lei. Então, nós precisamos discutir melhor esse assunto. Por isso vou me abster, porque quero mais prazo para estudar esse assunto, que é importante e profundo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. DR. RAUL FRAGA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, venho à tribuna externar a minha posição, que, na realidade, foi sendo construída aos poucos, falando com as pessoas no dia a dia e sentindo, realmente, a necessidade ou não de termos o Uber em Porto Alegre da maneira como está posto. Então, falando com os taxistas amigos, eu vejo que eles utilizam, por exemplo, o Easy Taxi, o 99Taxis como facilitador de suas ações, acho importante. Já esse outro tipo de aplicativo, na realidade, o Uber, com certeza, está trazendo uma ampliação do mercado, ou seja, ele está fazendo com que o modal táxi, o modal transporte individual se amplie. E para se chegar numa determinada solução sobre isso... E a gente vê que muitas pessoas da comunidade, da população, em geral, já vão dizendo também: “Nós queremos o Uber, porque nós queremos um serviço melhor”.

Eu tenho dito que o serviço de táxi em Porto Alegre é um bom serviço de táxi, pois temos quase quatro mil táxis que estão trabalhando, são os permissionários, mas eu sou contra a reserva de mercado. Eu acho que não podemos criar uma reserva de mercado em função da modernidade que se avizinha e das ações que vão sendo realizadas através dos modais. Aqui, por exemplo, tivemos oportunidade, nos últimos anos, de implementar o Catamarã Guaíba/Porto Alegre, que gostaríamos de ver muito melhor implementado, pegando toda a Zona Sul, pegando a Ilha da Pintada, desde que houvesse alguma outra maneira, alguma outra empresa que pudesse, realmente, dinamizar esse processo. O que considerei na minha posição... Eu me dobro unicamente para as minhas convicções, eu não me dobro a nenhum sindicato, inclusive já votei aqui contra inúmeros sindicatos, não me dobro a pressões individuais, a menos que eu tenha a convicção de que é ali que o meu voto se alinha, vamos dizer assim. Eu vejo que, neste momento, realmente não existe uma legislação que possa fazer... Aqui não é terra de ninguém, a Cidade não é terra de ninguém! Então, hoje, não temos uma legislação efetiva que faça com que o Uber ou qualquer outro aplicativo desse gênero possa ser instalado em Porto Alegre. Agora, ali adiante, daqui a pouco, mais para frente, não sei. Não sei até que ponto esse sistema de aplicativo não vai acabar dentro dos nossos próprios táxis que hoje existem, sendo

---



---

utilizados de alguma maneira ou que vá se criar algum tipo de condição nesse sentido. Porque a modernidade está aí, a gente tem que aceitar, e a reserva de mercado só é boa para quem reserva o mercado para si próprio. Nós sabemos que, dentro do sistema de táxis em Porto Alegre, há uma grande discussão, há muitos anos, em relação a permissionários, a quem usa, a quem pode ter a permissão, quem não pode, abre ou não abre, licita ou não licita. Então, só para deixar clara a minha posição – eu sei que até agora está todo mundo em suspense: a minha posição, hoje, no momento, é de votar favoravelmente ao projeto do Ver. Cláudio Janta, porque acredito que não há ainda um amadurecimento na Cidade para esse tipo de relação. Entenderam? Mas no decorrer do processo pode haver. Aqueles que hoje estão me aplaudindo podem me vaiar ali adiante. Isso é do processo da democracia.

Então, a minha posição de hoje é essa. Eu gostaria, para finalizar, aproveitando que eu sou da área da saúde, sou médico, de deixar um abraço muito grande aos doadores de sangue, porque hoje é o Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue. E a gente sabe que muito aumentou o número de cirurgias, de transplantes e a necessidade de sangue nas nossas emergências. Aquele que doa sangue tem que ser cada vez mais reconhecido, e nós temos todos que entrar nessa luta, pois é uma luta de todos nós. Obrigado e saúde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a minha posição já é conhecida. Há pouco conversava com o Ver. Dinho, meu companheiro de bancada, que acaba de me dizer que nos acompanhará na posição; então, nós votaremos em conjunto pela aprovação do projeto do Ver. Cláudio Janta. E a nossa razão é muito simples: nós somos responsáveis pelo que fazemos. Nós fazemos leis aqui em Porto Alegre para serem respeitadas, não para serem desrespeitadas. “Ah, mas o senhor é liberal, está contra a livre concorrência.” Não, eu não estou contra a livre concorrência; estou contra a concorrência predatória de quem não respeita a lei e tira vantagem dessa circunstância dando desvantagem para aqueles outros que cumpriram a lei. Então, isso

---

me encaminha para a posição de absoluta simpatia e até – por que não? – de compromisso antecipado de votar favoravelmente a emenda do Ver. João Bosco Vaz, que eu acho que é simples, objetiva, muito clara. Quer dizer, antes de regulamentar, não tem conversa. Se um dia regulamentar, será num momento diferente do de hoje, em que está impossível tomar outra posição senão aquela que estamos tomando, dizendo categoricamente: quem desrespeita a lei não pode receber a cobertura desta Câmara Municipal! Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLL nº 145/15.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLL nº 145/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLL nº 145/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLL nº 145/15.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 145/15.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas. Começo a minha fala dizendo que temos que repudiar o que o Uber fez às 10h, dizendo que passaria a operar às 15h daquele dia, numa arrogância capitalista e que merece todo o nosso repúdio. (Palmas.) Porque Porto Alegre é uma cidade que quer debater as suas questões. As falas dos meus colegas de Bancada e de outros colegas que também vieram aqui estão na linha da regulamentação. Aqui há várias questões, nós até chegamos a ensaiar algumas ideias, mas trago aqui na tribuna questões que poderiam ser objeto de regulamentação, tanto que acabamos de fazer emendas. A Emenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, é decisiva neste projeto, porque ela fala justamente na regulamentação, aponta para a regulamentação. Porque ninguém pode operar um serviço que tenha esse caráter público sem regulamentação nenhuma. Foi dito ontem na reunião em que estava

---

o Sr. Vanderlei Cappellari, Secretário, que, se deixarmos assim, daqui a pouco alguém vai ter um helicóptero e vai começar a transportar as pessoas. É um exemplo duro, mas para mostrar que aqui tem um serviço público em jogo e precisa de regulamentação.

Quero a atenção especial das pessoas que estão aqui: nós já temos duas leis em Porto Alegre que regulamentam todo o serviço do táxi – eu vou chamar assim para não precisar ficar tão preso aos termos. E a EPTC já está atuando com base nessas duas leis. Já está atuando repressivamente com base nessas duas leis. Ontem, na presença de vários líderes partidários e do Secretário Vanderlei Cappellari, eu fiz a seguinte pergunta: “Secretário, se for aprovada amanhã a lei ou se for rejeitada amanhã a lei, o que mudará para a Prefeitura de Porto Alegre? No que a EPTC mudará, em termos de conduta?” O Cappellari – e não poderia ser diferente – disse: “Já temos base legal para fazer o que estamos fazendo, portanto não mudará nada!” Não mudará nada. Não estou aqui querendo dizer que tudo o que estamos fazendo não tem sentido, porque tem uma mensagem política no que estamos fazendo, mas Porto Alegre já tem duas legislações que autorizam a EPTC a atuar. E eu tenho uma preocupação, porque, se vocês entrarem no *site* do Uber, poderão verificar que eles listam lá todas as Capitais em que eles já conseguiram derrubar a lei ou conseguiram liminares para continuarem atuando. Eu tenho receio, estamos aqui num processo – vocês estão acompanhando – de discussão, as emendas aqui, aprovadas ou não, podem mudar o voto de muitos Vereadores em relação ao projeto. Vejam que é um processo muito dinâmico o que está acontecendo nesta tarde, quero deixar aqui um alerta no sentido de que talvez a aprovação da lei seja motivo para o Uber entrar na Justiça, conseguir uma liminar e colocar, no *site* deles, mais uma cidade em que eles conseguiram operar e derrubar as leis: Porto Alegre. Faço aqui essa ressalva. Então nós temos que seguir o caminho da regulamentação

E eu quero aqui registrar alguns temas, por exemplo, a questão dos dados. O Uber vai operar, e os dados que sairão dessa operação onde estarão? Como o Poder Público saberá quantas pessoas foram transportadas? A universalidade do serviço: será que o Uber vai atender na periferia ou será um serviço elitista, apenas para a região central da cidade? Porque nós precisamos ter essa ideia. Não podemos regulamentar a obrigatoriedade de receber em dinheiro, não apenas no cartão? Vinte e cinco por cento do que será pago será mandado para o exterior ou não? Podemos regulamentar que seja aplicado aqui. Podemos fazer como São Paulo, permitindo, primeiro, aos taxistas que

---

façam adesão a outro serviço – São Paulo está chamando de táxis pretos. Vejam, é mais complexo do que votar “sim” ou “não”, é bem mais complexo. No encaminhamento das emendas, voltarei aqui para continuarmos esse debate tão importante para a cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 145/15. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 145/15, como autor.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; senhoras e senhores; antes de mais nada, autor do projeto, Ver. Cláudio Janta, eu estava muito preocupado, porque é verdade, como muitos aqui disseram, nós estamos discutindo o assunto – pode se dizer, sim – no afogadilho. Um assunto muito impactante para a nossa Cidade, e a maioria aqui, com todo o respeito, não tem dimensão do que poderá vir se autorizarmos imediatamente a possibilidade da operação do sistema aplicativo Uber. Não somos contra o Uber, somos contra o sistema que vem e não se preocupa com as questões de legalidade e que oferece o serviço, como se apresentou, desrespeitando o Poder Público. Estamos vendo que há uma manifestação da sociedade e dá para sentir, pelos *e-mails* que os nossos gabinetes têm recebido, que a fonte, a origem é uma só, porque são muito parecidos.

Fazendo esse registro, gostaria de dizer, Ver. Cláudio Janta, demais Vereadores e taxistas, que eu protocolei a emenda, que, em resumo, acompanha a proposta do Ver. Cláudio Janta, porém com prazo limitado até 31 de julho de 2017. No meu entender, até lá esta Casa terá uma nova bancada de Vereadores, terá um novo Prefeito, e a classe trabalhadora dos taxistas, que aqui está, com certeza, terá tempo suficiente para observar e implementar as mudanças que se fazem necessárias. Aqui muito se falou, e nós acompanhamos, sim, que o serviço de táxi precisa dar uma melhorada, é verdade – falo aos representantes do Governo –, mas ele não depende tanto dos próprios taxistas, depende mais do Poder Público, de a EPTC agir e fiscalizar com o poder que tem, ouvindo, sim, as entidades organizadas. Eles sabem mais do que nós das suas dificuldades. E todos têm vontade de prestar um bom trabalho. Aqueles que não prestam

---

pág. 47

---

um bom trabalho não são os que estão aqui. Então, a melhora do trabalho dos taxistas depende muito mais do órgão fiscalizador do que dos taxistas que aqui estão.

Quero dizer aos Vereadores que não me oponho, vou votar com a minha emenda, mas não há problemas nenhum os Vereadores que entenderem que a minha emenda poderá estar, vamos dizer, dificultando, prejudicando. Quando a coloquei, só tinha a preocupação de que pudesse ocorrer uma votação sem um aprofundamento maior das discussões, de que não pudesse ocorrer um debate maior, em razão de que se apresentava, naquele momento, uma tendência para, simplesmente, aceitar o Uber da maneira que está se apresentando – o Uber e outros aplicativos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 145/15.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu quero tranquilizar o Ver. Vendruscolo de que não esperamos até 2017. Tudo isso que está sendo votado aqui – esses monstros que estão sendo votados nesta tarde – cairá na Justiça como um castelo de cartas. Para começo de conversa, o art. 2º desta lei, se alguém leu no projeto original, é absolutamente inconstitucional. E mais: o seu texto é inconstitucional, Vereador-Presidente da Comissão de Justiça, se tivesse passado lá, nós teríamos analisado. Mas hoje nós somos regidos pelo afogadilho, e sabe-se onde o afogadilho vai dar. Não só é inconstitucional na redação, como é absolutamente ruim no mérito. Sabe o que diz o art. 2º deste projeto? Ele só proíbe, fica proibido que empresas possam adotar o aplicativo, ou seja, se na noite porto-alegrense houver uma empresa que queira usar a mobilidade, o aplicativo, para levar pessoas que beberam, não pode. Está sendo proibido pela lei, ou seja, a lei está ficando a favor da violência. Ou seja, a pessoa vai dirigir alcoolizada e sofrer acidente.

(Manifestações nas galerias.)

---

**O SR. NEREU D'AVILA:** Então, é isso, Claudino, tu vais ver depois. Tu ris, porque tu não leste. Eu pediria um pouco mais de educação a Vossas Senhorias para eu continuar o meu discurso. Eu sou educado.

Então, Vereador-Presidente, o artigo é inconstitucional, apontado pelo Procurador desta Casa, o Velasquez, e o conteúdo é pior ainda. Agora, o Vereador lança para 2017, ou seja, um festival de lançamentos. Agora, na verdade, eu vou dizer uma coisa, eu estou falando com os telespectadores, porque aqui eu não ganho nada. Eu acho que vou ter a honra de ser o único voto contrário a essa barbaridade! Então, eu explico aos telespectadores.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. NEREU D'AVILA:** É brabo, é brabo. Eu explico. Senhoras e senhores, para os que querem... Um pouquinho, só um pouquinho, só queria lhes explicar o seguinte: na reunião ontem com o Cappellari aqui, com alguns Vereadores, a assessoria jurídica dele disse que não podia regulamentar. Aí aquilo foi martelando, e fui para casa pensando e pensando. Hoje eu descobri por quê: não pode regulamentar. É por isso que o Prefeito vai colocar um serviço de táxi de luxo. E de qualquer maneira vai haver a competição, se é que vocês não querem. E, aí, o seguinte: sabe por que não pode regulamentar? Porque a lei da modalidade é nacional, e só a União pode modificar. E, como já existe esse serviço no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, em Porto Alegre vai existir, vai ter que ser regulamentado pela União. Então, por favor, confirmem depois se eu estou blefando. O futuro vai dizer. Eu tenho mais de 30 anos de tribuna aqui, já vi muitos filmes desses. E a animosidade, a falta de educação, tudo isso fica para trás, o que vale é a população de Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Elizando Sabino está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 145/15.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero agradecer ao Ver. Janta, que estava inscrito para falar e vai falar na sequência. Já

---

no início da tarde, nós falávamos aqui que o Plenário apresenta essa dinamicidade. O projeto está apresentado, Vereadores aqui se manifestaram; inclusive, falei sobre a questão do grupo de trabalho que foi integrado, e também da forma unilateral que o Uber saiu das negociações. Então é importante destacar...

(Tumulto nas galerias.)

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Senhores, nós estamos discutindo a Emenda nº 01, que passa para 31 de julho de 2017, portanto a referida produção. Aí temos também outras emendas, já estamos aqui com seis emendas, sendo que duas, depois, na sequência, trazem a possibilidade do serviço, mas dentro da devida regulamentação. Bem, aí será possível discutir a viabilidade. Mas, enquanto não houver regulamentação, não se discute a viabilidade. Todas as emendas nós vamos enfrentar agora na discussão. É nesse sentido que quero fazer uma manifestação de apoio à Emenda nº 01. Obviamente, daqui a pouco, vamos estar enfrentando duas outras emendas e sempre afirmando a pauta de que serviço irregular, serviço clandestino nós não vamos aprovar e apoiar neste Legislativo Municipal.

O Ver. Nereu D'Avila evocou a questão de não ter passado pela CCJ, e eu, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, obviamente devo esclarecer que não passou pela CCJ porque esse projeto foi para a Reunião Conjunta das Comissões, foi apreciado neste Plenário por um conjunto de Comissões e, nesse sentido, aprovado, e hoje está em discussão neste Plenário. Portanto, senhores, nós vamos estar enfrentando agora a Emenda nº 01, logo em seguida as Emendas nºs 02 e 03, que são boas emendas, que trazem a flexibilização no caso de eventual regularização, que é o curso do processo obviamente dentro de um grupo de trabalho, mas nós não sabemos quando isso efetivamente vai acontecer, porque o Uber se distanciou, afastou-se do grupo de trabalho. Nesse sentido, reafirmamos: somos contra serviço clandestino e serviço que não esteja apto e dentro da nossa legislação municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 145/15.



**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, olha, o negócio aqui está cômico, eu me lembrei agora do programa “A Escolinha do Professor Raimundo”, tinha um personagem que, quando era chamado, dizia: “Eu vou pra galera”. Então, a pessoa aqui diz: “Vou pra galera”, para sair na imprensa, eu acho, alguma coisa assim.

Então, Sr. Presidente, Diretor-Geral da Casa, se o Ver. Nereu D’Avila tem razão no que disse aqui, que o Procurador da Casa disse que o meu projeto é inconstitucional e o escambau, então o Procurador deu dois pareceres, porque, no dia 16 de setembro, ele deu um Parecer ao PLL nº 145/15 dizendo que: “A matéria regulada pelo projeto de lei se insere no âmbito de competência do Município [de Porto Alegre]”. Está aqui o Parecer do Procurador ao meu projeto de lei. Eu não sei de onde é que o Ver. Nereu... O Ver. Nereu tem que decidir o que ele quer ser. Eu quero ser sindicalista e Vereador, eu estou decidido na minha vida, quero ser um sindicalista e um Parlamentar. O Vereador Nereu acho que queria ser juiz, promotor, desembargador, porque ele já está prevendo que a Justiça vai derrotar.

Volto a falar aqui que, além de Porto Alegre, é um complemento da lei federal. Toda a lei federal que está aqui remete ao Município. O art. 4º da Lei Federal diz que “transporte público individual: serviço remunerado de transporte de passageiros aberto ao público, por intermédio de veículos de aluguel, para a realização de viagens” E, no inciso X, sobre o transporte motorizado privado, diz-se: “Meio motorizado de transporte de passageiros utilizado para a realização de viagens”. Depois, o alvará, no art. 12, diz que “Os serviços de utilidade pública de transporte individual de passageiros deverão ser organizados, disciplinados e fiscalizados pelo poder público municipal!” Mas o “desembargador federal” Nereu D’Avila diz que não! O Vereador virou desembargador, está dizendo que a nossa lei aqui é inconstitucional, que a lei da EPTC, que está prendendo os carros do Uber, e os coitados dos motoristas que caíram no conto do 171 do Uber não conseguiram tirar seus carros até agora... Mas o nosso desembargador aqui está dizendo que não. Então, olhem bem como é o negócio! Só que a lei de São Paulo não é igual à lei de Porto Alegre. A lei de Porto Alegre é rígida! Os coitados desses motoristas de táxi não conseguem carregar uma água dentro do seu carro porque a lei de Porto Alegre não permite. Não permite! A lei é rígida! Rígida! E os caras que trabalharam para o aplicativo Uber, que está fora da

---

lei, não conseguem tirar os seus carros porque a lei não permite! Senão, já tinham ganhado uma liminar; teve carro preso, fim de semana, mais de quatro, cinco dias.

Eu tenho aqui o apoio de várias centrais sindicais ao meu projeto, como a CTB, a Nova Central, a Força Sindical, a CGTB, a UGT, a Central Sindical Brasileira, todas elas apoiando este projeto porque entendemos que a lei tem que ser mantida. Então, nós vamos aqui encaminhar favorável – já que diz que tem que ter uma regulamentação – à emenda do Ver. Bernardino, que está dando prazo para a população de Porto Alegre entender e para a Prefeitura e o Poder Público regulamentarem, provando que nós não estamos radicalizando, provando que nós estamos procurando saídas. Este projeto vem para cumprir a lei. Isso aqui não é uma terra sem lei. Isso aqui, volto a afirmar, não é a Colômbia na época de Pablo Escobar, o qual chantageava o governo colombiano para não ser extraditado para os Estados Unidos. Então, não me venha o Uber chantagear a cidade de Porto Alegre dizendo que é a melhor coisa do mundo. Nós temos nove aplicativos em Porto Alegre que funcionam em conjunto da lei, não funcionam fora da lei. Nós estamos fazendo as emendas. Todo o projeto, aqui nesta Casa, tem emendas, e o Ver. Kevin já propôs uma comissão especial para discutir isso, as emendas estão dizendo isso, que nós temos que ter um prazo, e o Ver. Bernardino fez esta emenda que dá tempo até 2017. Então, agora, nós temos que proibir a imoralidade na cidade de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Airto Ferronato:** Sr. Presidente, quero fazer uma proposição, até porque nós compreendemos, vamos dizer assim, o que assegura o Regimento Interno. Todas as bancadas podem se manifestar por cinco minutos, mais a tolerância, são seis minutos. Temos cinco emendas e o projeto. Se continuar com essa formatação, nós temos, em torno de 80 discursos a serem feitos. Nós teríamos 480 minutos de discurso porque, se todos os partidos discursam, nós do PSB também vamos. Eu proponho que um ou dois Vereadores representem a posição de toda a Câmara, e, com isso, nós ganharemos e agilizaremos o processo. Obrigado.

**O Sr. Bernardino Vendruscolo:** Presidente, vou abrir mão da minha inscrição. Ver. Nereu, V. Exa. é autor de um projeto que está para votarmos, na priorização, de 1997, no

---

qual a Procuradoria desta Casa disse que, no que tange à iniciativa para apresentação de projeto, em face de acarretar redução de receita, é competência do Chefe do Executivo Municipal. Então, nós temos que ver, porque há possibilidade de a Procuradoria apontar vício de origem, de não se poder votar aqui. Então, V. Exa. é autor de um projeto que sinaliza nessa linha, e, por uma questão de coerência, pediria a sua compreensão.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLL nº 145/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 11 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 9 **ABSTENÇÕES**.

**O Sr. Cláudio Janta:** Sr. Presidente, em função do que o Ver. Aírto falou, eu queria ver se dá para fazer um acordo com as Lideranças, para que encaminhássemos todas as emendas em conjunto, para agilizar a votação aqui.

**A Sra. Jussara Cony:** Eu quero dar acordo aqui, porque, por exemplo, eu falei em tempo de Liderança e, depois, discuti as emendas, em relação às quais votarei a favor e também ao projeto. Eu acho que, para agilizar, podemos dar acordo, sim.

**O Sr. Marcelo Sgarbossa:** Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores dá acordo em respeito às pessoas que estão aqui e não querem ficar até às dez da noite. Acho que podemos votar, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Nós vamos entrar no encaminhamento da Emenda nº 02. O acordo proposto pelo Ver. Cláudio Janta é de encaminharmos todas as emendas de uma vez só. Os Vereadores não precisam fazer acordo, é só não encaminharem as emendas.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 145/15. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 145/15.

---

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu quero ser muito breve. Eu falei, nas duas vezes em que usei esta tribuna, sobre as nossas duas emendas do PSOL. Falei para o Ver. Cláudio Janta, autor do projeto. Conversei com os taxistas, eu as apresentei de maneira muito clara, apenas para explicar que elas prejudicam, em parte, duas emendas posteriores, mas que há outros elementos nas emendas que são diferentes e que podem ser apreciados, é apenas da matéria.

Primeiro, em relação à mediação comercial, eu acho que é importante fazer a ressalva, é importante estar na lei. O Uber é uma grande empresa capitalista internacional que lucra milhões e precisa pagar impostos para que sejam investidos na saúde, na educação, na segurança no Município de Porto Alegre, como qualquer outra empresa que venha a ter atividades comerciais aqui. Isso é muito claro para muitos que estão aqui, para a maioria que nos acompanha na Câmara, mas não é claro para as pessoas que, muitas vezes, estão apenas nas redes sociais fazendo o debate.

Existe, é verdade, o aplicativo “carona solidária” em outros lugares do mundo, em que a pessoa mora num bairro e bota lá que vai trabalhar na Região Metropolitana e se combinam, pela Internet, de dividir os custos da gasolina em conjunto. Isso não é Uber! São outros aplicativos que não existem no Brasil – não existem no Brasil! – e que devem ser estimulados para reduzir o número de carros na nossa sociedade, para garantir relações solidárias e para garantir o barateamento dos custos da população. Mas não é Uber! O Uber é uma relação comercial milionária que existe em vários lugares do mundo e que, em geral, significou as precarizações das condições de trabalho.

Portanto, a emenda é muito clara, proíbe os aplicativos – isso já estava na lei do Ver. Cláudio Janta. Nós colocamos que esses aplicativos sejam intermediados por plataformas comerciais, sem regulamentação específica. Não é possível uma empresa trabalhar em Porto Alegre sem cumprir as determinações da nossa lei ou estar respaldada por algum tipo de regulamentação. É uma emenda que visa garantir a possibilidade dessa diferenciação desses aplicativos. E, mais do que isso, visa ao debate para dizer que Porto Alegre tem legislação, e ela precisa ser respeitada para garantir a segurança da população, para garantir que não haja concorrência desleal e para garantir o direito dos trabalhadores taxistas de Porto Alegre. Alguns aqui falaram dos usuários, que nós temos que garantir o direito da população, e essa é a nossa preocupação número um sempre: os direitos da população. Mas os taxistas também são população de Porto Alegre e

---

merecem o nosso respeito, como o conjunto dos trabalhadores que usam o Uber, táxi, aplicativos, e merecem estar respaldados com segurança. Então, nós, inclusive, nos abstivemos da emenda do Ver. Bernardino, porque eu achei que um ano e meio é muito tempo para que se faça essa discussão. Porto Alegre tem que fazer essa discussão, mas, enquanto isso, não virá multinacional enviar um serviço goela abaixo, desrespeitando a lei, desrespeitando a Cidade, desrespeitando inclusive a possibilidade de garantir direitos e deveres iguais, com regulação, impostos e segurança para o povo de Porto Alegre. (Não revisado pela oradora.)

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 145/15.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Estou encaminhando pela Bancada do meu Partido, apesar de que nem combinei com os Vereadores. Eu nem ia me manifestar, mas recebi vários *e-mails*, Ver. Marcelo, de pessoas, pedindo que eu vote contra, outros pedindo que eu vote a favor...

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Desculpe, Vereador, mas eu não marquei o seu tempo. Foi a correria de chegar à Mesa.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Obrigado, Vereadora. Eu já tinha esta visão e conversava, com todo o respeito, com o Ver. Cláudio Janta, com quem tenho uma proximidade muito grande – a gente discute bastante os projetos –, e eu dizia que eu achava ruim proibir e que nós deveríamos regulamentar. E agora, no meio desses vários *e-mails*, num deles, uma estudante de Direito me indicou um *site*, e eu, enquanto escutava os Vereadores, fui pesquisar este *site*, que mostra vários pareceres jurídicos e explicações sobre a empresa Uber. Na verdade, não estamos discutindo a empresa, e sim o sistema, os aplicativos. Mas tem várias declarações aqui, e eu, lendo, comecei a ter mais noção ainda e, talvez, com toda a boa intenção do Ver. Cláudio Janta, aprovada esta lei, acho que vai ser pior do que nós não aprovarmos nada, Ver. Cláudio Janta, porque aqui diz nos pareceres que

---

---

o táxi é um serviço público, é uma concessão do Município; e o Uber é um serviço privado, não é uma concessão do Município. Se é um serviço privado que uma empresa está prestando, então ela não se enquadra no mesmo dispositivo que os taxistas estão se enquadrando. Aí, falou-se muito na Lei Federal nº 12.587/12, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que diz que os Municípios têm a competência de disciplinar o transporte individual de passageiros, mas não a de criar proibições, o que é exatamente o que estamos fazendo: estamos proibindo um serviço privado, e nós não temos esta competência no Município, a de proibir o serviço privado. É como se nós resolvêssemos aqui – numa área que eu entendo bem, Ver. Nereu – que o Município vai criar uma proibição de abrir um supermercado. Ele não pode, porque é um serviço que ele não pode proibir. Ele pode regulamentar o serviço. Então, se nós estivermos proibindo um serviço privado, estamos indo contra a lei federal.

Portanto, nós estamos aprovando uma lei inconstitucional. Provavelmente, eles vão entrar na Justiça, vão pedir – além de contestar, enquanto não é julgado – uma liminar para ficar trabalhando enquanto a lei não for julgada. Quer dizer, vamos dar uma forma de a empresa ter uma liminar e trabalhar enquanto não é julgada. O que nós temos que fazer aqui, como Vereadores, é regular. Na verdade, não sei se nós mesmos ou o próprio Município que tem que fazer uma regularização, porque é um serviço privado e não uma concessão. Então, cabe regulamentação e não proibição. Eu acho que nós estamos cometendo um grande equívoco proibindo algo privado, estamos indo contra a lei. Então, essa é a minha contribuição. Desde o primeiro momento, eu falava em regulamentação e não em proibição, com todo o respeito aos taxistas, que sabem que, lá na minha adolescência, com 19, 20 anos fui taxista, trabalhei, meu pai tinha táxi, respeito a categoria, mas acho que nós estamos cometendo um grande equívoco, acho que nós deveríamos, no mínimo, prestar mais atenção, buscar mais questões jurídicas antes de votar. Acho que é prudente termos mais cuidado com a legislação já vigente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Cláudio Janta:** Só para esclarecer o que o senhor falou aí: esse documento que o senhor leu eu recebi também do Uber, eu só quero usar o documento do professor Celso de Mello: “Alega-se, desde logo, que, antes dela, já o próprio Código de Trânsito

---

---

Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23/09/2007, art. 7º – os veículos de aluguel destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, as condições técnicas e os requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir e conceder a exploração dessa atividade pelos Municípios.” Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 02 ao PLL nº 145/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 10 **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. (Palmas.)

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger e pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 03 ao PLL nº 145/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 04 ao PLL nº 145/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA**, por 27 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 145/15. (Pausa.)

**O Sr. Aírto Ferronato:** Pela informação de V. Exa., só votaremos o Parágrafo Único – a regulamentação será implementada no prazo máximo de 180 dias desta lei. Parece-me que nós aprovamos, Ver. Nereu, uma regra que diz que só será permitida qualquer outra atuação a partir de uma lei específica proposta pela Ver.<sup>a</sup> Melchionna. Que regulamentação nós vamos fazer em 180 dias, de alguma coisa que não existe? Então, na minha visão, está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Não, não está prejudicada, Vereador. Isso é questão de mérito. Qual regulamentação vai ser feita? O Executivo vai fazer ou não? Enquanto não houver regulamentação, está proibido, pela emenda da Ver.<sup>a</sup> Fernanda. A emenda do Ver. Marcelo dá prazo de 180 dias para que seja feita essa regulamentação.



---

**A Sra. Fernanda Melchionna:** A prejudicialidade é só no primeiro artigo, no Parágrafo Único, como trata de tempo, nós não falamos na nossa emenda, também ela fala em regulamentação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A emenda da Ver.<sup>a</sup> Fernanda diz que fica proibido enquanto não houver regulamentação. A emenda do Ver. Marcelo diz que essa regulamentação terá, no máximo, 180 dias para ser executada.

**O Sr. Nereu D'Avila:** O problema é que existe uma outra emenda do Ver. Vendruscolo, aprovada, que estabelece uma data. É uma nova data. Presidente, aí não se sabe se esses 180 dias são pela emenda do Ver. Vendruscolo ou se são pelo projeto que está sendo aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 145/15.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Eu subo à tribuna, mas aqui o Ver. Airto Ferronato já fez o esclarecimento. Ficou parcialmente prejudicada a emenda, mas o que nós estamos decidindo é o Parágrafo Único, que diz que a regulamentação será implementada no prazo máximo de 180 dias. São seis meses, e seis meses a partir da data da publicação da lei. Ou seja, esta lei precisa ser aprovada e sair daqui, precisa passar por todo trâmite da Casa, talvez isso demore um mês, precisa ir para o Prefeito. O Prefeito pode sancionar ou vetar, volta para esta Casa, se tiver veto, analisa o veto, temos o recesso de janeiro. Provavelmente, nós estamos falando aqui de um prazo de oito ou dez meses. Então, qual é o mérito dessa emenda? Nós acabamos de aprovar a emenda proposta pelo PSOL. Foi uma emenda decisiva, porque ela está dizendo, apontando, abrindo para a regulamentação. Foi isso que nós aprovamos. Abrimos para a regulamentação. Até então não se falava em regulamentação. Era uma lei do Ver. Janta que proibia.

Eu quero fazer aqui a ressalva das duas leis, que agora não lembro de cabeça, de Porto Alegre que já regulamentam os serviços, e a EPTC já atua com base nessas duas leis. Toda a conduta repressiva que a EPTC está fazendo, ela o faz com base em duas leis que já existem no Município de Porto Alegre. E ontem, quero repetir, o Cappellari disse:

---

“Se aprovada ou rejeitada a lei, para nós não muda nada, porque temos lei para atuar”. Então, não quero de novo dizer que perdemos uma tarde aqui, mas, efetivamente, do ponto legal é isso, não mudará nada o que fizemos aqui hoje.

Bom, qual é o mérito dessa emenda? Essa emenda diz regulamentar, sim. Mas quando? Então, nós aqui, inicialmente, fizemos a emenda aqui de 90 dias. Alguns Vereadores viram, acharam muito pouco. Nós acolhemos, colocamos 180 e ainda inserimos no final que será a partir da data da sua publicação, ou seja, quando ela entrar em vigor.

Eu acho que temos grupos de trabalho. Ontem foi anunciado que o Prefeito já constituiu um grupo de trabalho. Se esse grupo de trabalho, em dez meses, não apresentar soluções, Ver. Séfora, é porque não está levando a sério a Emenda nº 02, que acabamos de aprovar, que justamente trata da regulamentação. Então é uma questão bastante decisiva. É responder que compromisso nós temos na regulamentação, porque simplesmente aprovar um texto que diz, como a Emenda nº 02, que tem que ter regulamentação para poder funcionar e não dizer o prazo máximo de quanto tempo para a regulamentação é quase que não dizer.

Então, é um convite, e eu subi à tribuna para defender e para explicar. Acho que ficou bem claro para os Vereadores. Sabemos que 180 dias, esses seis meses, se incluirmos o recesso de janeiro e todos os prazos burocráticos para a data da sua publicação, provavelmente será já no começo do ano que vem a sua publicação. Significa que teremos mais seis meses, talvez dez meses, para que o Executivo fique obrigado a regulamentar. Então é um convite para aprovarmos esta emenda, que dá concretude ao que acabamos de aprovar, que foi a Emenda nº 02 da Ver.<sup>a</sup> Fernanda e do Ver. Prof. Alex. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 145/15.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos em Porto Alegre uma lei que regulamenta o transporte individual de passageiros, uma lei recentemente aprovada. Nós aprovamos agora – desculpem-me se estou equivocado, desculpem-me por tomar o tempo de vocês –, Ver. Pujol, uma lei que

---

proíbe o Uber até 2017, a Emenda nº 01, do Ver. Bernardino. Aprovamos a Emenda nº 02 – e gostaria da atenção da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna –, que diz que só poderá operar o sistema por legislação específica. Agora, este termo “legislação específica” pode ser entendido como decreto ou como lei, mas ela necessariamente precisa ser compreendida como uma lei, porque não pode, por decreto, o Prefeito agora modificar o que estamos aprovando hoje, é ilegal. Posso estar equivocado, mas acho que estou certo, é ilegal. Além de dizer para o Prefeito que faça um decreto que contraria a lei que aprovamos hoje, estamos dizendo mais, meu querido Ver. Marcelo: além de fazer o decreto – que não é possível, que é ilegal, vai além da lei –, ele tem que fazer em 180 dias. Com todo o respeito, nós empastelamos tudo e demos uma ordem ao Prefeito para que, em 180 dias, diga que pode e como pode.

A minha avaliação é a seguinte: aprovamos uma lei – tenho consciência disto –, e a lei diz que só pode operar com lei específica. E a lei vai dizer que pode operar com uma lei específica e, em 180 dias, ser regulamentada. Nós estamos, agora, dando um tiro no pé e dizendo: “Prefeito, toca um decreto aí e autoriza”. Esta é a minha avaliação. Acho que a sua proposta é interessante, se fosse a lei já aprovada. Aquele abraço, e vou votar contra. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 06 ao PLL nº 145/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)  
**REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**.

**O Sr. Airto Ferronato:** Sr. Presidente, a emenda diz: “A regulamentação será implementada no prazo máximo de trinta dias da publicação desta lei”. Não é de 2017, é desta lei! Votamos certo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Airto Ferronato, a Emenda nº 06 está rejeitada, portanto é inócuo.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 145/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**O Sr. Mendes Ribeiro:** Entendo que o projeto, pela proibição sumária de uma proposta a uma alternativa de transporte individual privado, é um equívoco. Sou a favor da regulamentação e da fiscalização por parte do Poder Público. Há espaço para taxistas e motoristas privados; que se regule o Uber, que se fomente a concorrência e que toda a sociedade ganhe.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sefora Mota está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**A Sra. Sefora Mota:** Declaração de Voto da Bancada do PRB: a Bancada do Partido Republicano Brasileiro votou contra o PLL nº 145/15, tendo em vista que a Lei Municipal nº 11.582, de 2014, regulamenta o serviço público de transporte individual de táxi. A aprovação deste projeto de lei em nada alterará a legislação vigente que proíbe o transporte remunerado de passageiros em veículos particulares. Sendo assim, o aplicativo Uber ou qualquer outra plataforma semelhante já é considerado um transporte clandestino.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**O Sr. Nereu D'Avila:** Só para declarar que, entre o corporativismo e a população de Porto Alegre, eu fico com a população de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**O Sr. Delegado Cleiton:** Sr. Presidente, gostaria de entregar a Declaração de Voto, que deixarei de ler, só vou entregá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em discussão o PLCE nº 018/15. (Pausa.)

---

**A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 018/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu pedi verificação de quórum – falo aqui também pelos Vereadores da oposição –, porque este projeto trata do alvará de localização e funcionamento. Como nós passamos a tarde inteira debruçados sobre o tema Uber e o tema da mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre, Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, solicito que a gente adie essa discussão por uma Sessão. Eu gostaria de debater esse projeto, porque ele trata de atualização do cadastro, e, à medida que o cadastro não for atualizado anualmente, pode a Prefeitura, automaticamente, recadastrar com os dados anteriores, e também, a partir disso, retira a possibilidade de multas e cancelamentos de alvarás.

Então, eu acho que teria de haver só uma análise, Ver. Kevin Krieger, da quantidade de pessoas que não atualizam seus dados, se não atualizam seus cadastros em função de displicência ou em função de manutenção do endereço atual. Essas questões sempre são importantes, e não preciso dizer a vocês a importância da emissão de um alvará de funcionamento. É apenas uma sugestão, em função da tarde que foi bastante longa e de vários debates polêmicos. Em relação ao processo nº 1.783, então, estou solicitando o adiamento por uma Sessão.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o PLCE nº 018/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 4 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o PLL nº 012/09. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 01 ao PLL nº 012/09. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 2 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**. Não há quórum.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
115ª Sessão Ordinária 25NOV2016

---

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h42min.)